



Exercício: 2023

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO			PASSIVO			
	Nota	SALDO		ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO	
		2023	2022			2023	2022
ATIVO		38.226.456,64	34.225.982,37	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		38.226.456,64	34.225.982,37
ATIVO CIRCULANTE	1	10.498.299,17	7.108.708,06	PASSIVO CIRCULANTE	F 3	2.790.112,46	1.139.876,44
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	F	4.323.132,28	2.439.511,93	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	F	837.142,22	426.300,91
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	F	4.323.132,28	2.439.511,93	PESSOAL A PAGAR	F	269.650,06	727.000,27
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	F	4.323.132,28	2.439.511,93	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	F	269.650,06	727.000,27
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F	354.757,17	2.439.511,93	PESSOAL A PAGAR	F	269.650,06	727.000,27
BANCOS CONTA MOVIMENTO - PREFEITURA	F	354.757,17	2.431.796,93	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	F	269.650,06	727.000,27
BB AG 11126 C/C - 135224-5 - PMJ/FPM	F	41.533,02	21.235,60	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	F	567.492,16	354.999,64
BB AG 11126 C/C - 10111-2 - PMJ/ASSIST PROJ EMENDA 101112	F	0,00	13,20	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-CONSOLIDAÇÃO	F	567.492,16	354.999,64
BB AG 11126 C/C - 101020-4 - Compensação de Recursos Hidricos	F	7.978,35	554.678,43	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	567.492,16	567.492,16
CEF AG 0914 C/C - 000071020-0 - IPI/ICMS	F	8.042,40	8.204,32	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	F	567.492,16	567.492,16
BB AG 11126 C/C - 135236-9 - PMJ/ICMS/IPI	F	0,00	1.460,58	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	0,00	-213.399,52
BB AG 11126 C/C - 101163-4 - PMJ/FUNDO ESPECIAL 101163-4	F	0,00	1.861,42	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	F	1.242.925,46	376.453,36
BB AG 11126 C/C - 105366-3 - PMJ/CIDE	F	0,00	24.839,98	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	F	1.242.925,46	376.453,36
BB AG 11126 C/C - 10649-8 - PMJ SPRRA FEIRA DE CAPRINOS	F	0,00	29,80	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	F	1.242.925,46	376.453,36
BB AG 11126 C/C - 106716-8 - PMJ/IPTU	F	0,00	541,63	FORNECEDORES NACIONAIS	F	1.242.925,46	376.453,36
BB AG 11126 C/C - 107024-X - PMJ/SNA	F	0,00	3.118,56	FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR	F	866.473,10	0,00
BB AG 11126 C/C - 109107-7 - PMJ/CER APLICAÇÃO	F	0,00	95,81	DEMAIS FORNECEDORES A PAGAR	F	376.452,36	376.453,36
BB AG 11126 C/C - 109503-X - PREFEITURA M JATOBA 109503-X	F	0,00	696,53	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	F	710.044,78	336.824,17
BB AG 11126 C/C - 10971-2 - PMJ/SETRA 109712	F	0,00	3.101,89	VALORES RESTITUÍVEIS	F	710.044,78	336.824,17
BB AG 11126 C/C - 110583-3 - FEM II REC E CAP ASFAL 110583-3	F	4.180,81	4.180,81	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	F	710.044,78	336.824,17
BB AG 11126 C/C - 110003-3 - PMJ/ITR 110003-3	F	0,00	1.729,11	CONSIGNAÇÕES	F	707.569,52	336.824,17
BB AG 11126 C/C - 110364-4 - PMJ/PAC I 110364-4	F	0,00	38.247,13	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	F	211.555,80	201.284,29
BB AG 11126 C/C - 110385-7 - PMJ/PAC I 110385-7	F	0,00	5.183,18	PMJ - JTB - INSS - PF	F	31.957,38	18.929,14
BB AG 11126 C/C - 110476-4 - PMJ/PAC I 110476-4	F	0,00	330.148,83	PMJ - JTB - INSS - FOLHA	F	0,00	5.921,58
Bradesco AG 3052 C/C - 0745045-1 - Diversos - Bradesco	F	0,00	9.332,65	PMJ - JTB - INSS - PJ	F	179.598,42	177.068,57
BB AG 11126 C/C - 11247-8 - PMJ/RECOMECO 112478	F	0,00	519,34	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	F	82.695,27	287.000,00
BB AG 11126 C/C - 135234-2 - PMJSMFMOVIMENTODIVERSOS	F	0,00	19.683,25	PMJ - JTB - IRRF - PF	F	0,00	241.000,00
BB AG 11126 C/C - 135235-0 - PMJ/TELEFONE	F	0,00	1.961,35	PMJ - JTB - IRRF - Folha	F	0,00	202.000,00
BB AG 11126 C/C - 183142-9 - PMJ/ICMS DESON	F	0,00	2.425,05	IRRF - FOLHA DE PAGAMENTO PMJ	F	27.577,40	0,00
BB AG 11126 C/C - 37376-1 - PMJ/EMENDA PAVIMENTACAO	F	0,00	20,06	PM - JTB - IRRF PJ	F	55.117,87	0,00
BB AG 11126 C/C - 37377-X - PMJ/FUNDO D MUNIICIPAL/FEM	F	0,00	552,95	ISS	F	351.449,50	9.422,22
BB AG 11126 C/C - 37615-9 - PMJ/FUNDO D MUNICIPAL 37615-9	F	0,00	0,38	PMJ - JTB - ISS - PJ	F	273.654,39	0,00
BB AG 11126 C/C - 43340-3 - Transferências Especiais Emenda Parlamentar - Silvio Costa	F	0,00	558.535,09	PMJ - JTB - ISS - PF	F	77.795,11	9.422,22
BB AG 11126 C/C - 44822-2 - PMJ/PAVIMENTAÇÃO AV CARUARU	F	0,00	396.384,91	PENSÃO ALIMENTÍCIA	F	6.367,38	7.624,94
BB AG 11126 C/C - 979-6 - AJUSTE DE SALDO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	F	278.682,09	278.682,09	PMJ - JTB - PENSÃO ALIMENTÍCIA S.L.	F	5.878,17	0,00
				PMJ - JTB - PENSÃO ALIMENTÍCIA S.M.	F	0,00	7.624,94
				PENSÃO SB	F	489,21	0,00



Exercício: 2023

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO		ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO	
		2023	2022			2023	2022
BB AG 11126 C/C - 45341-2 - EMENDA PARLAMENTAR - CAÇAMBA	F	0,00	149.992,50	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	F	39.784,54	39.784,54
BB AG 11126 C/C - 135237-7 - PMJ FOPAG BANCO DO BRASIL	F	14.340,50	14.340,50	PMJ - JTB - SYSTEM SAÚDE	F	743,00	638,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO - FMS	F	0,00	7.715,00	PMJ - JTB - ALFA SAÚDE	F	135,00	100,00
BB AG 11126 C/C - 108960-9 - PMJ/ACADEMIA DAS CIDADES CONTA DA PREFEITURA	F	0,00	7.715,00	PMJ - JTB - SINPRO-PE	F	38.906,54	38.906,54
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F	3.968.375,11	0,00	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	F	6.503,15	66.550,00
CDB	F	3.968.375,11	0,00	PMJ - JTB - CONS BANCO DO BRASIL III	F	0,00	4.851,43
CDB - PREFEITURA	F	3.968.375,11	0,00	PMJ - JTB - CONS BANCO DO BRASIL I	F	6.503,15	67.401,57
BB AG 11126 C/CDB - 135224-5 - PMJ/FPM	F	264,87	0,00	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	F	9.213,88	142,16
BB AG 11126 C/CDB - 10111-2 - PMJ/ASSIST PROJ EMENDA 101112	F	14,67	0,00	PMJ - JTB - MENS CPP	F	27,62	21,62
BB AG 11126 C/CDB - 101020-4 - Compensação de Recursos Hidricos	F	203.692,71	0,00	PMJ - JTB - SALARIO FAMILIA	F	5.093,28	5.196,62
CEF AG 0914 C/CDB - 000071020-0 - IPI/ICMS	F	641,14	0,00	PMJ - JTB - SALARIO FAMILIA 2022	F	0,00	1.194,00
BB AG 11126 C/CDB - 101163-4 - PMJ/FUNDO ESPECIAL 101163-4	F	98,81	0,00	PMJ - JTB - SALARIO MATERNIDADE 2021	F	3.997,48	3.997,48
BB AG 11126 C/CDB - 105366-3 - PMJ/CIDE	F	3.314,74	0,00	PMJ - JTB - SMOEPE	F	95,50	69,50
BB AG 11126 C/CDB - 10649-8 - PMJ SPRRA FEIRA DE CAPRINOS 106498	F	826,36	0,00	DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	F	1.815,26	1.815,26
BB AG 11126 C/CDB - 106716-8 - PMJ/IPTU	F	360,77	0,00	OUTROS DEPÓSITOS	F	1.815,26	1.815,26
BB AG 11126 C/CDB - 107024-X - PMJ/SNA	F	197,15	0,00	DESCONTO 13º SALARIO	F	2.082,76	2.082,76
BB AG 11126 C/CDB - 109107-7 - PMJ/CER APLICAÇÃO	F	99,71	0,00	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	F	660,00	660,00
BB AG 11126 C/CDB - 109503-X - PREFEITURA M JATOBA 109503-	F	767,38	0,00	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	F	660,00	660,00
BB AG 11126 C/CDB - 10971-2 - PMJ/SETRA 109712	F	3.341,96	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	P 4	4.008.466,12	4.477.868,45
BB AG 11126 C/CDB - 110003-3 - PMJ/ITR 110003-3	F	2.375,65	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	P	4.008.466,12	4.477.868,45
BB AG 11126 C/CDB - 110364-4 - PMJ/PAC I 110364-4	F	41.850,37	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	P	4.008.466,12	4.477.868,45
BB AG 11126 C/CDB - 110385-7 - PMJ/PAC I 110385-7	F	5.749,07	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - UNIÃO	P	4.008.466,12	4.477.868,45
Bradesco AG 3052 C/CDB - 0745045-1 - Diversos - Bradesco	F	2.184,71	0,00	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	P	4.008.466,12	4.477.868,45
BB AG 11126 C/CDB - 11247-8 - PMJ/RECOMECO 112478	F	572,17	0,00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS - DÉBITO PARCELADO	P	4.008.466,12	4.477.868,45
BB AG 11126 C/CDB - 135234-2 - PMJSMFMOVIMENTODIVERSOS	F	38.531,33	0,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5	31.427.878,06	28.608.239,48
BB AG 11126 C/CDB - 135235-0 - PMJ/TELEFONE	F	1.961,35	0,00	RESULTADOS ACUMULADOS		31.427.878,06	28.608.239,48
BB AG 11126 C/CDB - 183142-9 - PMJ/ICMS DESON	F	1.903,57	0,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		31.427.878,06	28.608.239,48
BB AG 11126 C/CDB - 37376-1 - PMJ/EMENDA PAVIMENTACAO 37376-1	F	22,10	0,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO		31.427.878,06	28.608.239,48
BB AG 11126 C/CDB - 37377-X - PMJ/FUNDO D MUNIICIPAL/FEM 37377-X	F	609,19	0,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		2.819.638,58	7.400.241,09
BB AG 11126 C/CDB - 37615-9 - PMJ/FUNDO D MUNICIPAL 37615-9	F	0,41	0,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		28.608.239,48	21.208.098,62
BB AG 11126 C/CDB - 43340-3 - Transferências Especiais Emenda Parlamentar - Silvio Costa	F	298.689,01	0,00				
BB AG 11126 C/CDB - 44822-2 - PMJ/PAVIMENTAÇÃO AV CARUARU	F	75.007,76	0,00				
BB AG 11126 C/CDB - 44895-8 - 44895-8 TRANSF ESPECIAIS	F	1.772.881,21	0,00				

Documento assinado digitalmente por: JOSÉ ALMEIDA JUNIOR
 Assinado em: 28/03/2024 13:58:18
 Código do documento: 2023-000071020-0



ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE JATOBÁ
Balanco Patrimonial



Exercício: 2023

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO		ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO	
		2023	2022			2023	2022
BB AG 11126 C/CDB - 47010-4 - MUNICIPIO/JATOBA/PROCESSO SELETIVO/2023	F	29,09	0,00				
BB AG 11126 C/CDB - 48173-4 - 48173-4 LEI PAULO GUSTAVO DEMAIS SETORES DA CULTURA	F	4.272,22	0,00				
BB AG 11126 C/CDB - 48172-6 - 48172-6 LEI PAULO GUSTAVO AUDIOVISUAL	F	28.023,21	0,00				
CEF AG 0914 C/CDB - 647320-0 - PM - FUNDO DE INVESTIMENTO	F	419.598,14	0,00				
CEF AG 0914 C/CDB - 6647325-1 - AV PETROLINA 6647325-1	F	960.019,00	0,00				
BB AG 11126 C/CDB - 48063-0 - TRANSF ESPECIAIS EMENDA SILVIO COSTA FILHO 48063-0	F	100.475,28	0,00				
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	F	4.734.698,93	4.669.196,13				
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	F	55.029,60	0,00				
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	F	55.029,60	0,00				
SUPRIMENTO DE FUNDOS	F	1.605,60	0,00				
ADIANTAMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	F	53.424,00	0,00				
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	F	4.679.669,33	4.669.196,13				
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	F	4.679.669,33	4.669.196,13				
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	F	4.669.196,13	4.669.196,13				
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	F	9.994,64	0,00				
SALÁRIO FAMÍLIA - RGPS	F	12.626,72	0,00				
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	F	478,56	0,00				
SALÁRIO MATERNIDADE - RGPS	F	478,56	0,00				
ESTOQUES	P	1.440.467,96	0,00				
ALMOXARIFADO	P	1.440.467,96	0,00				
ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	P	1.440.467,96	0,00				
MATERIAL DE CONSUMO	P	395.095,61	0,00				
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	P	13.210,07	0,00				
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	P	436.328,38	0,00				
AUTOPEÇAS	P	589.629,31	0,00				
MATERIAIS GRÁFICOS	P	1.297,80	0,00				
MATERIAL DE EXPEDIENTE	P	2.974,00	0,00				
MATERIAIS A CLASSIFICAR	P	1.932,79	0,00				
ATIVO NÃO CIRCULANTE	P 2	27.728.157,47	27.117.274,31				
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	P	2.027.158,14	2.027.158,14				
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	P	2.027.158,14	2.027.158,14				
CRÉDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	P	2.027.158,14	2.027.158,14				
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	1.252.445,46	1.252.445,46				
CRÉDITOS NÃO PREVIDENCIÁRIOS INSCRITOS	P	1.252.445,46	1.252.445,46				
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA- IPTU	P	1.045.641,02	1.045.641,02				

Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://etce.tecepe.tc.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 2e02ba5a-cccc-41ba-a503-1ceb81066662



Exercício: 2023

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO			PASSIVO			
	Nota	SALDO		ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO	
		2023	2022			2023	2022
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - MERCANTIL	P	206.804,44	206.804,44				
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	774.712,68	774.712,68				
IMOBILIZADO	P	25.700.999,33	25.090.116,17				
BENS MÓVEIS	P	5.353.375,13	5.293.281,21				
BENS MÓVEIS- CONSOLIDAÇÃO	P	5.353.375,13	5.293.281,21				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	27.279,97	22.600,00				
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	P	4.679,97	0,00				
MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	P	5.100,00	5.100,00				
EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	P	17.500,00	17.500,00				
BENS DE INFORMÁTICA	P	174.382,19	141.794,44				
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	P	96.601,44	96.601,44				
EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	P	77.780,75	45.193,00				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	25.706,42	21.581,42				
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	P	21.581,42	21.581,42				
MOBILIÁRIO EM GERAL	P	4.125,00	0,00				
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	16.751,20	1.150,00				
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	P	16.751,20	1.150,00				
VEÍCULOS	P	999.890,00	999.890,00				
VEÍCULOS EM GERAL	P	999.890,00	999.890,00				
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	4.109.365,35	4.106.265,35				
BENS MÓVEIS A CLASSIFICAR	P	212.233,70	212.233,70				
OUTROS BENS MÓVEIS	P	3.897.131,65	3.894.031,65				
BENS IMÓVEIS	P	24.802.698,83	22.655.169,35				
BENS IMÓVEIS- CONSOLIDAÇÃO	P	24.802.698,83	22.655.169,35				
BENS DE USO COMUM DO POVO	P	1.762.461,92	1.762.461,92				
OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO	P	1.762.461,92	1.762.461,92				
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	8.925.344,30	6.777.814,82				
OBRAS EM ANDAMENTO	P	8.925.344,30	6.777.814,82				
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	14.114.892,61	14.114.892,61				
BENS IMÓVEIS A ALIENAR	P	8.425.538,44	8.425.538,44				
OUTROS BENS IMÓVEIS	P	5.689.354,17	5.689.354,17				
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	P	-4.455.074,63	-2.858.334,39				
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	P	-4.455.074,63	-2.858.334,39				
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS	P	-1.810.283,50	-1.157.636,56				
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	-414.954,53	-2.068,00				
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	P	-61.608,95	-24.592,80				
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	-5.416,05	-2.879,79				
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	-230,00	0,00				
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	P	-399.956,00	-199.978,00				

Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://etce.cepe.tc.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 2e02ba5a-cccc-41ba-a503-1ceb81066662



ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE JATOBÁ
Balanco Patrimonial



Exercício: 2023

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO			PASSIVO			
	Nota	SALDO		ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO	
		2023	2022			2023	2022
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	P	-928.117,97	-928.117,97				
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA – BENS IMÓVEIS	P	-2.644.791,13	-1.700.697,83				
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE USO COMUM DO POVO	P	-137.666,24	-29.281,23				
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	-406.668,89	-135.556,30				
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	-2.100.456,00	-1.535.860,30				
TOTAL		38.226.456,64	34.225.982,37	TOTAL		38.226.456,64	34.225.982,37

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI N.º 4.320/64							
ATIVO FINANCEIRO	6	9.057.831,21	7.108.708,06	PASSIVO FINANCEIRO	8	3.764.111,26	1.139.977,44
ATIVO PERMANENTE	7	29.168.625,43	27.117.274,31	PASSIVO PERMANENTE	9	4.008.466,12	4.477.860,45
TOTAL		38.226.456,64	34.225.982,37	TOTAL		7.772.577,38	5.617.837,89
SALDO PATRIMONIAL						30.453.879,26	28.608.239,48

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI N.º 4.320/64								
ESPECIFICAÇÃO	ATOS POTENCIAIS ATIVOS			ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			Nota	
	Nota	SALDO		ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO		
		2023	2022			2023		2022
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00	
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		2.733.850,72	578.549,19	
DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00	DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00	
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00	
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		2.733.850,72	578.549,19	

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (LEI N° 4.320/1964)			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
	2023	2022	
5000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	370.684,36	4.466,03	0,00
5001001 - IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	8.242.855,13	0,00	0,00
5001002 - IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	-10.330,89	0,00	0,00
5010000 - OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS	-8.247.471,97	22.005,50	0,00
5400000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS 30%	-209.385,98	-209.107,19	0,00
5440000 - RECURSOS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF	-1.308.799,32	0,00	0,00
5500000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	-3.576,07	0,00	0,00
5510000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)	-10.041,10	0,00	0,00

Documento Assinado Digitalmente por RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
 Acesso em: https://etce.tcepe.tc.br/validar/validar_documento.php?codigo_documento=2e02bba-ccce-4001a-403-1ceb81068902



ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE JATOBÁ
Balanco Patrimonial



Exercício: 2023

5520000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	-25.863,89	0,00
5530000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)	-43,70	0,00
5690000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE	-95.356,17	0,00
5700000 - TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIO E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO	-198.549,81	0,00
5730000 - ROYALTIES DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À EDUCAÇÃO	0,00	1,42
5760000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS ESTADOS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	-37.925,18	0,00
6000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	-662,14	0,00
6003110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS.	1.035.026,76	0,00
6010000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO NA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	-236.400,03	0,00
6020000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - RECURSOS DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO DA COVID-19 NO BOJO	-220.289,88	0,00
6310000 - TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIO E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À SAÚDE	-4.433,29	0,00
6600000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	-112.777,58	0,00
6610000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	-212.336,40	0,00
7000000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO	472.805,16	0,00
7003110 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO - RECURSOS DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	2.172.082,27	0,00
7010000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS	4.790,41	39.497,86
7040000 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE A ROYALTIES DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL	98,81	0,00
7060000 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO	0,00	708.577,59
7090000 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS	766.349,49	55.668,43
7150000 - TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LC Nº 195/2022 - ART. 5º - AUDIOVISUAL	28.023,21	0,00
7160000 - TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LC Nº 195/2022 - ART. 8º - DEMAIS SETORES DA CULTURA	4.272,21	0,00
7500000 - RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE	3.314,74	24.849,98
TOTAL DOS RECURSOS:	2.166.059,15	5.968.831,62

Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERRERA GOMES DA SILVA MENEZES RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
 Acesse em: https://etce.fepse.br/epv/validaDoc.seam Código do documento: 2e02ba5a-cccc-489a-a1503-8e1b87966662



Exercício: 2023

ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA
PREFEITO

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
CONTADOR CRC.16643/O1

Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://etce.tcepe.tc.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 2e02ba5a-ccee-41ba-a503-1ce081066662

Prefeitura Municipal de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stce.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Prefeitura Municipal de Jatobá

CNPJ: 01.614.878/0001-80

a.2. Domicílio da entidade

Rua Bom Jardim, 01

Centro, Jatobá - PE

CEP: 56470-000

a.3. Dados do gestor

ROGÉRIO FERREIRA GOMES DA SILVA

Cargo: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JATOBÁ

CPF: 747.496.924-68

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR

CRC: 16643/01

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

A Prefeitura Municipal de Jatobá concebida quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 124-4 "Município" possui como atividade principal "Administração Pública em Geral". Durante o exercício de 2023 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 525 de 29 de novembro de 2022 (LOA 2023). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Jatobá:

Prefeitura Municipal de Jatobá

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo

Prefeitura Municipal de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://tcepe.cepe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

b.2. Bases de mensuração utilizadas

O Balço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial. O quadro principal do Balço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo). A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11. Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: 1) para ativo circulante, quando se estima que a arrecadação seja realizada até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; 2) para ativo não circulante, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior para ativo circulante; 3) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e 4) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior para passivo circulante. As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 216/2023. Os elementos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo, excepcionalmente, as contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2023, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2023 o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de

Prefeitura Municipal de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stee.tcepe.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio da Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário da Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre

Prefeitura Municipal de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://tcepe.cepe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2e02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no Balço Patrimonial.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Quanto a classificação de ativos, não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares. Quanto a constituição de provisões, não houve registro de provisões para esta entidade. Em relação ao reconhecimento de variações patrimoniais, não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

Nota 1: Ativo circulante

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 10.498.299,17. São compostos pelas contas: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (R\$ 4.323.132,28); CRÉDITOS A CURTO PRAZO (R\$ 4.734.698,93); INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); ESTOQUES (R\$ 1.440.467,96); ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA (R\$ 0,00); VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE (R\$ 0,00);

Nota 2: Caixa e Disponibilidade de Caixa

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2023 somam R\$ 4.323.132,28

Nota 3: Créditos a Curto Prazo

Os Créditos a curto prazo são compostos pelas contas 1.1.2 (Créditos a Curto Prazo) e 1.1.3 (Demais Créditos e Valores a Curto Prazo), que totalizam R\$ 4.734.698,93.

Detalhamento dos Créditos a Curto Prazo

Registros de Créditos a Curto Prazo: VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO (F) (R\$ 4.669.196,13); ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS (F) (R\$ 55.029,60); CRÉDITOS A RECEBER POR REEBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA (F) (9.994,64) E CRÉDITOS A RECEBER POR REEBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE (F) (478,56)

Nota 4: Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

O valor evidenciado no total de R\$ 0,00, compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014

Nota 5: Estoque / Almoxarifado

Os registros de estoque totalizaram R\$ 1.440.467,96.

Nota 6: Política contábil e critérios de valoração adotada na mensuração do estoque

Os Estoques, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os valores dos estoques foram compatibilizados pela contabilidade pelos saldos residuais ao final do exercício, disponibilizados pelo setor responsável baseados em seus controles. O tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), foi registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva.

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Valor total contabilizado em estoque	1.440.467,96
Valor classificado em outras contas específicas da entidade	0,00
Valor do estoque contabilizado pelo valor justo menos as despesas de vendas	0,00
Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período	1.440.467,96
Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos	0,00
Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantias de passivos	0,00

Prefeitura Municipal de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://cctce.tepe.ce.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-cece-41ba-a503-1ceb81066662

Nota 7: Ativo Não Circulante

Os ativos de longo prazo totalizam R\$ 27.728.157,47. São compostos pelas contas: ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (R\$ 2.027.158,14); INVESTIMENTOS (R\$ 0,00); IMOBILIZADO (R\$ 25.700.999,33); INTANGÍVEL (R\$ 0,00); DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 8: Créditos a Longo Prazo

O Total em Créditos a Longo Prazo é de R\$ 2.027.158,14.

Detalhamento dos Créditos a Longo Prazo

Registros de Créditos a Longo Prazo: DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA- IPTU (P) (R\$ 1.045.641,02); DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - MERCANTIL (P) (R\$ 206.804,44); DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA (P) (R\$ 774.712,68);

Nota 9: Imobilizado

O saldo do imobilizado ao final do exercício de 2023 foram de R\$ 25.700.999,33. É composto pelas contas: BENS MÓVEIS (R\$ 5.353.375,13); BENS IMÓVEIS (R\$ 24.802.698,83); (-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS (R\$ - 4.455.074,63);

DESCRIÇÃO	2023 (R\$)	2022 (R\$)
Bens Móveis	5.353.375,13	5.293.281,21
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens móveis)	-1.810.283,50	-1.157.636,56
Bens Imóveis	24.802.698,83	22.655.169,35
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens imóveis)	-2.644.791,13	-1.700.697,83
TOTAL	25.700.999,33	25.090.116,17

Nota 10: Intangível

0,00

Nota 11: Passivo Circulante

Os bens e direitos de longo prazo evidenciados no Balço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 2.790.112,46. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 837.142,22); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 1.242.925,46); OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES (R\$ 0,00); PROVISÕES A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (R\$ 710.044,78);

Nota 12: Passivo Não Circulante

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 4.008.466,12. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 4.008.466,12); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); PROVISÕES A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); RESULTADO DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 13 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo

O saldo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 4.008.466,12.

Nota 14: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências de curto e longo prazo

obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo no valor de R\$ 837.142,22, fornecedores e contas a pagar a curto prazo no valor de R\$ 1.242.925,46 e demais obrigações a curto prazo no valor de R\$ 710.044,78. Totalizando passivo circulante em R\$ 2.790.112,46

obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a longo prazo no valor de R\$ 4.008.466,12.

Os valores com obrigações trabalhistas de curto e longo prazo encontram-se abaixo discriminados:

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE CURTO PRAZO		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE LONGO PRAZO	
PESSOAL	R\$ 269.650,06	PESSOAL	R\$ 0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00
BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS	R\$ 0,00	BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS	R\$ 0,00
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 567.492,16	ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 4.008.466,12

Nota 15: Empréstimos e Financiamentos

O saldo de Empréstimos e Financiamentos a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 16: Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo

O saldo de Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Prefeitura Municipal de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.eitecpe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

Nota 17: Provisões a Longo Prazo

O saldo de Provisões a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 18: Provisões

O total de provisões de curto prazo para o exercício de 2023 totalizou R\$ 0,00. O total de provisões de longo prazo para o exercício de 2023 foi de R\$ 0,00 o que resultou num total de provisões de R\$ 0,00 distribuídas na tabela a seguir .

PROVISÕES DE CURTO PRAZO		PROVISÕES DE LONGO PRAZO	
PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 0,00	PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 0,00
PROVISÕES FISCAIS	R\$ 0,00	PROVISÕES PREVIDENCIÁRIAS	R\$ 0,00
OUTRAS PROVISÕES	R\$ 0,00	PROVISÕES FISCAIS	R\$ 0,00
		OUTRAS PROVISÕES	R\$ 0,00

Nota 19: Provisões Matemáticas Previdenciárias

O Total das Provisões Matemáticas Previdenciárias para o exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 20: Demais Obrigações a Longo Prazo

O saldo das Demais Obrigações a Longo Prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 21: Passivo Financeiro

O passivo financeiro no final do exercício de 2023 totalizou R\$ 3.764.111,26. dos quais R\$ 2.790.112,46 são de elementos do passivo com atributo F e R\$ 973.998,80 são restos a pagar não-processados.

Nota 22: Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (R\$ 31.427.878,06) trata-se do resultado da diferença entre todos os ativos (R\$ 38.226.456,64) e passivos (R\$ 7.772.577,38). É composto pelas contas: PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL (R\$ 0,00); ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE CAPITAL (R\$ 0,00); AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE LUCROS (R\$ 0,00); DEMAIS RESERVAS (R\$ 0,00); RESULTADOS ACUMULADOS (R\$ 31.427.878,06); (-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA (R\$ 0,00);

Nota 23: Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial no final do exercício de 2022 totalizou R\$ 28.608.239,48. O resultado econômico da entidade no exercício de 2023 foi de R\$ 2.819.638,58, quando somado ao saldo anterior resultou no saldo patrimonial final de R\$ 31.427.878,06.

Nota 24: Quadro de Superávit/Déficit Financeiro

- Apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 216/2023.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos
- de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação.

ANALISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

Prefeitura Municipal de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.tcepe.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento.

1. Liquidez corrente (LC) = Ativo Financeiro (AF) / Passivo Financeiro (PF)

$$LC = \frac{\text{Ativo Financeiro (AF)}}{\text{Passivo Financeiro (PF)}} = \frac{9.057.831,21}{3.764.111,26} = 2,41$$

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.). Neste caso, o índice apresentado demonstra uma situação favorável, em que a entidade tem saldo do AF para poder pagar suas dívidas registradas no PF, então terá superávit financeiro, poderá dispor no ano seguinte para abertura, por exemplo, de créditos adicionais.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

d.2. Divulgações não financeiras

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

d.5. Atualização da Dívida (Passivo Não-Circulante):

No Exercício de 2023 houve uma redução no valor da dívida.

e) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais, conta judicial - precatórios 60%.

f) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

g) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balço Patrimonial

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

h) Informações Adicionais Exigidas pela Resolução TCE-PE Nº 216/2023

h.1. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

h.2. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito

Prefeitura Municipal de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stce.tcepe.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

Não houve no exercício de 2023 bens recebidos por doação.

h.3. Transferência de Ativos

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

h.4. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2023.

h.5. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

h.6. Relação de Provisões e Passivos Contingentes

Não houve durante o exercício de 2023, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

h.7. Informações de Passivos Contingentes

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

h.8. Perdas da Dívida Ativa

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício de 2023.

h.9. Informações adicionais

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

h.10. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

h.11. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões

Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.

h.12. Teste de Imparidade (Impairment)

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

h.13. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

h.14. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

h.15. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

h.16. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

h.17. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

h.18. Passivos Perdoados

Não houve passivos perdoados durante o exercício de 2023.

h.19. Ativos Contingentes

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

h.20. Avaliação Externa das Provisões

Não houve registro para esta entidade.

Prefeitura Municipal de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://etce.tepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2e02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

i) Adequação ao PIPCP:

As informações apresentadas neste Balço, com base nos seus elementos constituintes e peculiares, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano De Implantação Dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

ROGÉRIO FERREIRA GOMES DA SILVA
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JATOBÁ, CPF 747.496.924-68

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
CONTADOR, CRC 16643/01



ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE JATOBÁ
Balanco Patrimonial



Exercício: 2023

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO			PASSIVO			
	Nota	SALDO		ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO	
		2023	2022			2023	2022
ATIVO		4.554.052,80	7.927.243,95	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	F	4.554.052,80	7.927.243,95
ATIVO CIRCULANTE	1	3.470.101,72	6.830.594,30	PASSIVO CIRCULANTE	F 3	2.155.271,87	1.108.733,61
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	F	1.684.780,87	6.830.594,30	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	F	506.637,37	154.700,12
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	F	1.684.780,87	6.830.594,30	PESSOAL A PAGAR	F	506.637,37	506.637,37
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	F	1.684.780,87	6.830.594,30	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	F	506.637,37	506.637,37
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F	19.305,02	6.830.594,30	PESSOAL A PAGAR	F	506.637,37	506.637,37
BANCO CONTA MOVIMENTO - FME	F	19.305,02	6.830.594,30	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	F	506.637,37	506.637,37
BB AG 11126 C/C - 105085--0 - CONTA SALÁRIO EDUCAÇÃO	F	1.231,54	9.948,20	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	F	0,00	154.700,12
BB AG 11126 C/C - 105272--1 - CONTA PNAT	F	0,00	55.430,94	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-CONSOLIDAÇÃO	F	0,00	154.700,12
BB AG 11126 C/C - 10608-2 - CONTA PNAE	F	0,00	10,15	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	0,00	154.700,12
BB AG 11126 C/C - 106755--9 - CONTA PDDE	F	0,00	7.149,56	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	F	397.609,29	415.000,00
BB AG 11126 C/C - 108111--X - CONTA MERENDA ESCOLAR	F	15.863,27	16.096,22	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	F	397.609,29	415.000,00
BB AG 11126 C/C - 108112--8 - PMJ/MERENDA	F	0,00	466,94	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	F	397.609,29	415.000,00
BB AG 11126 C/C - 44324--7 - EDUCAÇÃO/DIVERSOS	F	0,00	3.528,89	FORNECEDORES NACIONAIS	F	397.609,29	415.000,00
BB AG 11126 C/C - 37852--6 - CONTA FUNDEB	F	0,00	459.602,06	FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR	F	397.609,29	415.000,00
BB AG 11126 C/C - 46243--8 - FUNDEF	F	0,00	5.939.582,21	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	F	1.251.025,21	539.027,49
BB AG 11126 C/C - 37705--8 - PM JATOBA-MP81	F	0,00	0,01	VALORES RESTITUÍVEIS	F	1.251.025,21	539.027,49
BB AG 11126 C/C - 37456--3 - CONTA EDUCAÇÃO	F	0,00	54.735,57	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	F	1.251.025,21	539.027,49
BB AG 11126 C/C - 113719--0 - CONTA TRANSP ESCOLAR	F	0,00	77.890,93	CONSIGNAÇÕES	F	1.251.025,21	539.027,49
BB AG 11126 C/C - 11365-3 - CONTA PNAC 113653	F	0,00	5.113,21	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	F	88.942,68	79.252,31
BB AG 11126 C/C - 111454--9 - CONTA PAR EDUCAÇÃO	F	0,00	157.521,35	FMAS - JTB - INSS - FOLHA	F	1.594,00	60.999,20
BB AG 11126 C/C - 110762--3 - CONTA BRASIL CARINHOSO	F	2.210,21	2.065,84	FME - JTB - INSS - FOLHA	F	78.609,75	60.999,20
BB AG 11126 C/C - 110639--2 - CONTA PAR EDUCAÇÃO	F	0,00	40.567,22	FME - JTB - INSS PF	F	1.710,43	1.710,43
BB AG 11126 C/C - 110503--5 - CONTA PAR EDUCAÇÃO	F	0,00	885,00	FME - JTB - INSS - PJ	F	7.028,50	12.510,68
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F	1.665.475,85	0,00	FME - JTB - INSS - PJ	F	7.028,50	12.510,68
CDB	F	1.665.475,85	0,00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	F	943.014,63	366.410,68
CDB - FME	F	1.665.475,85	0,00	FME - JTB - IRRF - FOLHA DE PAGAMENTO	F	909.340,79	356.430,83
BB AG 11126 C/CDB - 105085--0 - CONTA SALÁRIO EDUCAÇÃO	F	2.344,53	0,00	FME - JTB - IRPF - PF	F	10.927,46	9.977,85
BB AG 11126 C/CDB - 105272--1 - CONTA PNAT	F	43,70	0,00	FME - JTB - IRPF - PJ	F	22.746,38	0,00
BB AG 11126 C/CDB - 10608-2 - CONTA PNAE	F	11,42	0,00	ISS	F	103.097,06	2.000,00
BB AG 11126 C/CDB - 106755--9 - CONTA PDDE	F	10.041,10	0,00	FME - JTB - ISS - PF	F	31.940,20	2.000,00
BB AG 11126 C/CDB - 108111--X - CONTA MERENDA ESCOLAR	F	9.471,28	0,00	FME - JTB - ISS - PJ	F	71.156,86	0,00
BB AG 11126 C/CDB - 108112--8 - PMJ/MERENDA	F	517,92	0,00	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	F	3.297,58	3.540,70
BB AG 11126 C/CDB - 44324--7 - EDUCAÇÃO/DIVERSOS	F	4.616,84	0,00	FME - JTB - ALFA SAÚDE	F	140,00	140,00
BB AG 11126 C/CDB - 37852--6 - CONTA FUNDEB	F	8,79	0,00	FME - JTB - SINPRO-PE	F	2.239,58	2.370,70
BB AG 11126 C/CDB - 46243--8 - FUNDEF	F	1.308.799,32	0,00	FME - JTB - SYSTEM SAÚDE	F	918,00	1.020,00
BB AG 11126 C/CDB - 37705--8 - PM JATOBA-MP81	F	0,01	0,00	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	F	112.207,35	68.170,65
BB AG 11126 C/CDB - 37456--3 - CONTA EDUCAÇÃO	F	60.303,04	0,00	FME - JTB - CONS. BANCO DO BRASIL	F	64.594,16	50.988,40
BB AG 11126 C/CDB - 113719--0 - CONTA TRANSP ESCOLAR	F	37.925,18	0,00	FME - JTB - CONS. BRADESCO	F	47.613,19	17.189,25
BB AG 11126 C/CDB - 11365-3 - CONTA PNAC 113653	F	5.633,30	0,00	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	F	465,91	228,42



ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JATOBÁ
Balanco Patrimonial

Anexo 14 - Art. 105 da Lei Federal nº 2878/2000



Exercício: 2023

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO		ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO	
		2023	2022			2023	2022
BB AG 11126 C/CDB - 111454--9 - CONTA PAR EDUCAÇÃO	F	161.968,29	0,00	FME - JTB - PREV. SOCIAL 13º SALÁRIO	F	144,14	
BB AG 11126 C/CDB - 110762--3 - CONTA BRASIL CARINHOSO	F	53,71	0,00	FME - JTB - MENS CPP	F	321,77	
BB AG 11126 C/CDB - 110639--2 - CONTA PAR EDUCAÇÃO	F	35.613,15	0,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5	2.398.780,93	6.818.511,34
BB AG 11126 C/CDB - 110503--5 - CONTA PAR EDUCAÇÃO	F	968,37	0,00	RESULTADOS ACUMULADOS		2.398.780,93	6.818.511,34
BB AG 11126 C/CDB - 49001-6 - 49001-6 ETI ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL FNDE	F	27.155,90	0,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		2.398.780,93	6.818.511,34
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	F	5.859,75	0,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO		2.398.780,93	6.818.511,34
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	F	168,06	0,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		-4.419.730,41	6.818.511,34
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	F	168,06	0,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		6.818.511,34	
SUPRIMENTO DE FUNDOS	F	168,06	0,00				
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	F	5.691,69	0,00				
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	F	5.691,69	0,00				
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	F	3.051,69	0,00				
SALÁRIO FAMÍLIA - RGPS	F	260,09	0,00				
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	F	2.640,00	0,00				
ESTOQUES	P	1.779.461,10	0,00				
ALMOXARIFADO	P	1.779.461,10	0,00				
ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	P	1.779.461,10	0,00				
MATERIAL DE CONSUMO	P	643.677,33	0,00				
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	P	837.420,15	0,00				
AUTOPEÇAS	P	146.271,90	0,00				
MATERIAL DE EXPEDIENTE	P	131.774,64	0,00				
MATERIAIS A CLASSIFICAR	P	20.317,08	0,00				
ATIVO NÃO CIRCULANTE	P 2	1.083.951,08	1.096.649,65				
IMOBILIZADO	P	1.083.951,08	1.096.649,65				
BENS MÓVEIS	P	568.054,85	568.054,85				
BENS MÓVEIS- CONSOLIDAÇÃO	P	568.054,85	568.054,85				
BENS DE INFORMÁTICA	P	139.412,85	139.412,85				
EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	P	139.412,85	139.412,85				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	13.642,00	13.642,00				
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	P	13.642,00	13.642,00				
VEÍCULOS	P	415.000,00	415.000,00				
VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	P	415.000,00	415.000,00				
BENS IMÓVEIS	P	724.346,40	566.941,78				
BENS IMÓVEIS- CONSOLIDAÇÃO	P	724.346,40	566.941,78				
BENS DE USO ESPECIAL	P	566.941,78	566.941,78				
IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL	P	566.941,78	566.941,78				
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	157.404,62	0,00				
OBRAS EM ANDAMENTO	P	157.404,62	0,00				

Documento assinado digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA. MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
 Acesse em: https://app.validaDoc.seam/Código do documento: 2e02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662



Exercício: 2023

Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA DA SILVA - COMISSARIA DE CONTAS DA SILVA A. M. GUEDES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://etce.tcepe.tc.br/epv/validar>
Código do Documento: 2602245a-ccce-41ba-a503-1ced81066662

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO		ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO	
		2023	2022			2023	2022
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	P	-208.450,17	-38.346,98				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	P	-208.450,17	-38.346,98				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-163.620,57	-30.623,80				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	P	-44.191,76	-16.309,19				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	-1.845,48	-481,28				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	P	-117.583,33	-13.833,33				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	-44.829,60	-7.723,18				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS DE USO COMUM DO POVO	P	-44.829,60	-7.723,18				
TOTAL		4.554.052,80	7.927.243,95	TOTAL		4.554.052,80	7.927.243,95

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI N.º 4.320/64							
ATIVO FINANCEIRO	6	1.690.640,62	6.830.594,30	PASSIVO FINANCEIRO	8	2.155.271,87	1.108.733,61
ATIVO PERMANENTE	7	2.863.412,18	1.096.649,65	PASSIVO PERMANENTE	9	0,00	0,00
TOTAL		4.554.052,80	7.927.243,95	TOTAL		2.155.271,87	1.108.733,61
SALDO PATRIMONIAL						2.398.780,93	6.818.510,34

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI N.º 4.320/64							
ATOS POTENCIAIS ATIVOS				ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO		ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO	
		2023	2022			2023	2022
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		884.360,93	0,00
DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00	DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		884.360,93	0,00

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (LEI N.º 4.320/1964)			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO	
		2023	2022
5001001 - IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		4.616,84	-381.520,06
5400000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS 30%		1.751,42	404.622,54
5411070 - IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO		-1.742,63	0,00
5440000 - RECURSOS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF		1.308.799,32	5.939.582,21
5500000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		3.576,07	9.948,20

Fundo Municipal de Educação de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stce.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal de Educação de Jatobá

CNPJ: 30.842.241/0001-49

a.2. Domicílio da entidade

Av Olinda, s/n
Centro, Jatobá – PE
CEP: 56470-000

a.3. Dados do gestor

PATRICIA CYBELLE DE MENEZES SILVA
Cargo: SECRETÁRIA
CPF: 05184531467

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
CRC: 16643/01

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Fundo Municipal de Educação de Jatobá concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3 "Fundo Público da Administração Direta Municipal" possui como atividade principal "Administração Pública em Geral". Durante o exercício de 2023 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 525 de 29 de novembro de 2022 (LOA 2023). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Jatobá:

Fundo Municipal de Educação de Jatobá

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo

Fundo Municipal de Educação de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://tcepe.cepe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2e02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

b.2. Bases de mensuração utilizadas

O Balço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial. O quadro principal do Balço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo). A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11. Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: 1) para ativo circulante, quando se estima que a arrecadação seja realizada até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; 2) para ativo não circulante, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior para ativo circulante; 3) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e 4) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior para passivo circulante. As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 216/2023. Os elementos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo, excepcionalmente, as contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2023, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2023 o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de

Fundo Municipal de Educação de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stee.tcepe.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio da Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário da Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre

Fundo Municipal de Educação de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stce.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no Balço Patrimonial.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Quanto a classificação de ativos, não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares. Quanto a constituição de provisões, não houve registro de provisões para esta entidade. Em relação ao reconhecimento de variações patrimoniais, não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

Nota 1: Ativo circulante

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 3.470.101,72. São compostos pelas contas: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (R\$ 1.684.780,87); CRÉDITOS A CURTO PRAZO (R\$ 5.859,75); INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); ESTOQUES (R\$ 1.779.461,10); ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA (R\$ 0,00); VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE (R\$ 0,00);

Nota 2: Caixa e Disponibilidade de Caixa

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2023 somam R\$ 1.684.780,87

Nota 3: Créditos a Curto Prazo

Os Créditos a curto prazo são compostos pelas contas 1.1.2 (Créditos a Curto Prazo) e 1.1.3 (Demais Créditos e Valores a Curto Prazo), que totalizam R\$ 5.859,75.

Detalhamento dos Créditos a Curto Prazo

O valor do saldo de Demais créditos e valores a curto prazo R\$ 5.859,75 é referente ao somatório das contas Suprimento de Fundos R\$ 168,06 E R\$ 5.691,69 Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo.

Nota 4: Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

O valor evidenciado no total de R\$ 0,00, compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014

Nota 5: Estoque / Almoxarifado

Os registros de estoque totalizaram R\$ 1.779.461,10.

Nota 6: Política contábil e critérios de valoração adotada na mensuração do estoque

Os Estoques, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os valores dos estoques foram compatibilizados pela contabilidade pelos saldos residuais ao final do exercício, disponibilizados pelo setor responsável baseados em seus controles. O tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), foi registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva.

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Valor total contabilizado em estoque	1.779.461,10
Valor classificado em outras contas específicas da entidade	0,00
Valor do estoque contabilizado pelo valor justo menos as despesas de vendas	0,00
Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período	1.779.461,10
Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos	0,00
Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantias de passivos	0,00

Fundo Municipal de Educação de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.ecepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2e02ba5a-ccee-41ba-a503-1ce681066662

Nota 7: Ativo Não Circulante

Os ativos de longo prazo totalizam R\$ 1.083.951,08. São compostos pelas contas: ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); INVESTIMENTOS (R\$ 0,00); IMOBILIZADO (R\$ 1.083.951,08); INTANGÍVEL (R\$ 0,00); DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 8: Créditos a Longo Prazo

O Total em Créditos a Longo Prazo é de R\$ 0,00.

Detalhamento dos Créditos a Longo Prazo

Não ocorreram registros de créditos a Longo Prazo

Nota 9: Imobilizado

O saldo do imobilizado ao final do exercício de 2023 foram de R\$ 1.083.951,08. É composto pelas contas: BENS MÓVEIS (R\$ 568.054,85); BENS IMÓVEIS(R\$ 724.346,40);(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS (R\$ - 208.450,17);

DESCRIÇÃO	2023 (R\$)	2022 (R\$)
Bens Móveis	568.054,85	568.054,85
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens móveis)	-163.620,57	-30.623,80
Bens Imóveis	724.346,40	566.941,78
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens imóveis)	-44.829,60	-7.723,18
TOTAL	1.083.951,08	1.096.649,65

Nota 10: Intangível

0,00

Nota 11: Passivo Circulante

Os bens e direitos de longo prazo evidenciados no Balço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 2.155.271,87. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 506.637,37); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 397.609,29); OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES (R\$ 0,00); PROVISÕES A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (R\$ 1.251.025,21);

Nota 12: Passivo Não Circulante

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 0,00. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); PROVISÕES A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); RESULTADO DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 13 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo

O saldo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 14: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências de curto e longo prazo

obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo no valor de R\$ 506.637,37, fornecedores e contas a pagar a curto prazo no valor de R\$ 397.609,29 e demais obrigações a curto prazo no valor de R\$ 1.251.025,21. Totalizando passivo circulante em R\$ 2.155.271,87.

Não houve registros de restos a pagar a longo prazo.

Os valores com obrigações trabalhistas de curto e longo prazo encontram-se abaixo discriminados:

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE CURTO PRAZO		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE LONGO PRAZO	
PESSOAL	R\$ 506.637,37	PESSOAL	R\$ 0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00
BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS	R\$ 0,00	BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS	R\$ 0,00
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 0,00	ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 0,00

Nota 15: Empréstimos e Financiamentos

O saldo de Empréstimos e Financiamentos a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 16: Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo

O saldo de Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 17: Provisões a Longo Prazo

O saldo de Provisões a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Fundo Municipal de Educação de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stce.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2e02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

Nota 18: Provisões

O total de provisões de curto prazo para o exercício de 2023 totalizou R\$ 0,00. O total de provisões de longo prazo para o exercício de 2023 foi de R\$ 0,00 o que resultou num total de provisões de R\$ 0,00 distribuídas na tabela a seguir .

PROVISÕES DE CURTO PRAZO		PROVISÕES DE LONGO PRAZO	
PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 0,00	PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 0,00
PROVISÕES FISCAIS	R\$ 0,00	PROVISÕES PREVIDENCIÁRIAS	R\$ 0,00
OUTRAS PROVISÕES	R\$ 0,00	PROVISÕES FISCAIS	R\$ 0,00
		OUTRAS PROVISÕES	R\$ 0,00

Nota 19: Provisões Matemáticas Previdenciárias

O Total das Provisões Matemáticas Previdenciárias para o exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 20: Demais Obrigações a Longo Prazo

O saldo das Demais Obrigações a Longo Prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 21: Passivo Financeiro

O passivo financeiro no final do exercício de 2023 totalizou R\$ 2.155.271,87. dos quais R\$ 2.155.271,87 são de elementos do passivo com atributo F e R\$ 0,00 são restos a pagar não-processados.

Nota 22: Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (R\$ 2.398.780,93) trata-se do resultado da diferença entre todos os ativos (R\$ 4.554.052,80) e passivos (R\$ 2.155.271,87). É composto pelas contas: PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL (R\$ 0,00); ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE CAPITAL (R\$ 0,00); AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE LUCROS (R\$ 0,00); DEMAIS RESERVAS (R\$ 0,00); RESULTADOS ACUMULADOS (R\$ 2.398.780,93); (-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA (R\$ 0,00);

Nota 23: Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial no final do exercício de 2022 totalizou R\$ 6.818.511,34. O resultado econômico da entidade no exercício de 2023 foi de R\$ -4.419.730,41, quando somado ao saldo anterior resultou no saldo patrimonial final de R\$ 2.398.780,93.

Nota 24: Quadro de Superávit/Déficit Financeiro

- Apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 216/2023.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos
- de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação.

ANALISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento.

1. Liquidez corrente (LC) = Ativo Financeiro (AF) / Passivo Financeiro (PF)

Fundo Municipal de Educação de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://tcepe.tcepe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02b5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

$$LC = \frac{\text{Ativo Financeiro (AF)}}{\text{Passivo Financeiro (PF)}} = \frac{1.690.640,62}{2.155.271,87} = 0,78$$

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.). Neste caso, o índice apresentado demonstra uma situação negativa, em que a entidade não tem saldo no AF para poder pagar suas dívidas registradas no PF, então terá déficit financeiro.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

d.2. Divulgações não financeiras

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

d.5. Atualização da Dívida (Passivo Não-Circulante):

O Valor da dívida não sofreu alteração no final do Exercício de 2023, em relação ao exercício anterior.

e) Saldo Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

Saldo significativo de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais, conta judicial - precatórios 60%.

f) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

g) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balço Patrimonial

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

h) Informações Adicionais Exigidas pela Resolução TCE-PE Nº 216/2023

h.1. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

h.2. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito

Não houve no exercício de 2022 bens recebidos por doação.

h.3. Transferência de Ativos

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

h.4. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito

Fundo Municipal de Educação de Jatobá

Nota Explicativa Balanço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stce.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2022.

h.5. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

h.6. Relação de Provisões e Passivos Contingentes

Não houve durante o exercício de 2022, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

h.7. Informações de Passivos Contingentes

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

h.8. Perdas da Dívida Ativa

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício de 2022.

h.9. Informações adicionais

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

h.10. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

h.11. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões

Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.

h.12. Teste de Imparidade (Impairment)

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

h.13. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

h.14. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

h.15. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

h.16. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

h.17. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

h.18. Passivos Perdoados

Não houve passivos perdoados durante o exercício de 2022.

h.19. Ativos Contingentes

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

h.20. Avaliação Externa das Provisões

Não houve registro para esta entidade.

i) Adequação ao PIPCP:

As informações apresentadas neste Balanço, com base nos seus elementos constituintes e peculiares, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano De Implantação Dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

Fundo Municipal de Educação de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64



PATRICIA CYBELLE DE MENEZES SILVA
SECRETÁRIA, CPF 05184531467

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
CONTADOR, CRC 16643/01

Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stce.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2e02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662



ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JATOBA
Balanco Patrimonial



Exercício: 2023

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO			PASSIVO			
	Nota	SALDO		ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO	
		2023	2022			2023	2022
ATIVO		5.943.838,48	4.091.245,28	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	F	5.943.838,48	4.091.245,28
ATIVO CIRCULANTE	1	2.425.845,43	553.663,66	PASSIVO CIRCULANTE	F 3	3.245.457,80	2.853.669,07
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	F	472.116,23	553.663,66	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	F	603.598,74	340.580,35
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	F	472.116,23	553.663,66	PESSOAL A PAGAR	F	603.598,74	603,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	F	472.116,23	553.663,66	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	F	603.598,74	603,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F	0,00	553.663,66	PESSOAL A PAGAR	F	603.598,74	603,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO - PREFEITURA	F	0,00	5.109,35	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	F	603.598,74	603,00
BB AG 11126 C/C - 108671-5 - PMJ/FMSJATOBA FNS BLATB	F	0,00	5.109,35	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	F	0,00	340,35
BANCOS CONTA MOVIMENTO - FMS	F	0,00	548.554,31	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-CONSOLIDAÇÃO	F	0,00	340,35
BB AG 11126 C/C - 113053-6 - PMJ/FPM-FUS	F	0,00	9.184,80	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	0,00	338,61
BB AG 11126 C/C - 108941-2 - PMJ/FMS/FNS BLINV	F	0,00	21,30	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	F	0,00	338,61
BB AG 11126 C/C - 109384-3 - PMJ/FMS/FNS BLINV	F	0,00	15.889,07	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	0,00	22,74
BB AG 11126 C/C - 10982-9 - PMJ/ECD/EPIDEMOLOGIA	F	0,00	390,64	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	F	1.530.351,94	1.716.130,27
BB AG 11126 C/C - 110455-1 - PMJ/FMS/FNS/QLFAR	F	0,00	5.564,27	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	F	1.530.351,94	1.716,27
BB AG 11126 C/C - 110525-6 - PMJ/FNS INVAN	F	0,00	13.241,37	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	F	1.530.351,94	1.716,27
BB AG 11126 C/C - 37289-7 - PMJ/SAUDE FMS CUSTEIO SUS	F	0,00	7.284,56	FORNECEDORES NACIONAIS	F	1.530.351,94	1.716,27
BB AG 11126 C/C - 37311-7 - PMJ/SAUDE/FMS/INVEST SUS	F	0,00	408.789,52	FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR	F	1.154.679,81	1.339,14
BB AG 11126 C/C - 40057-2 - FMS/JAT/COVID 19	F	0,00	570,18	DEMAIS FORNECEDORES A PAGAR	F	375.672,13	375,13
BB AG 11126 C/C - 40561-2 - JAT/AQUISIÇÃO DE AMBULANCIA	F	0,00	83.621,69	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	F	1.111.507,12	797.938,45
BB AG 11126 C/C - 110861-1 - FMS/JAT/FNS/CONVENIO	F	0,00	3.996,91	VALORES RESTITUÍVEIS	F	1.111.507,12	797,45
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F	472.116,23	0,00	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	F	1.111.507,12	797,45
CDB	F	472.116,23	0,00	CONSIGNAÇÕES	F	1.111.507,12	797,45
CDB - FMS	F	472.116,23	0,00	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	F	52.010,33	50,57
BB AG 11126 C/CDB - 108941-2 - PMJ/FMS/FNS BLINV	F	23,64	0,00	FMS - JTB - INSS - FOLHA	F	26.971,85	27,25
BB AG 11126 C/CDB - 108673-1 - FMS/JAT/FNS BLAFB	F	0,12	0,00	FMS - JTB - INSS PF	F	24.797,43	23,32
BB AG 11126 C/CDB - 109384-3 - PMJ/FMS/FNS BLINV	F	30,40	0,00	FMS - INSS PJ	F	241,05	0,00
BB AG 11126 C/CDB - 10982-9 - PMJ/ECD/EPIDEMOLOGIA	F	430,38	0,00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	F	827.894,36	601,82
BB AG 11126 C/CDB - 110455-1 - PMJ/FMS/FNS/QLFAR	F	12,39	0,00	FMS - JTB - IRRF - FOLHA DE PAGAMENTO	F	476.143,83	267,75
BB AG 11126 C/CDB - 110525-6 - PMJ/FNS INVAN	F	31,59	0,00	FMS - JTB - IRPF - PF	F	333.664,15	332,85
BB AG 11126 C/CDB - 37289-7 - PMJ/SAUDE FMS CUSTEIO SUS	F	208,76	0,00	FMS - JTB - IRPF - PJ	F	18.086,38	78,22
BB AG 11126 C/CDB - 37311-7 - PMJ/SAUDE/FMS/INVEST SUS	F	227.814,66	0,00	ISS	F	119.678,84	69,84
BB AG 11126 C/CDB - 40057-2 - FMS/JAT/COVID 19	F	628,18	0,00	FMS - JTB - ISS	F	72.205,99	69,84
BB AG 11126 C/CDB - 110861-1 - FMS/JAT/FNS/CONVENIO	F	4.433,29	0,00	FMS - JTB - ISS - PJ	F	47.472,85	0,00
BB AG 11126 C/CDB - 108671-5 - PMJ/FMSJATOBA FNS BLATB	F	10,49	0,00	PENSÃO ALIMENTÍCIA	F	516,38	1.056,90
BB AG 11126 C/CDB - 113053-6 - PMJ/FPM-FUS	F	10.330,89	0,00	FMS - JTB - PENSÃO ALIMENTÍCIA S.B.	F	516,38	379,58
BB AG 11126 C/CDB - 108960-9 - PMJ/ACADEMIA DAS CIDADES	F	8.499,74	0,00	FMS - JTB - PENSÃO ALIMENTÍCIA S.M.	F	0,00	679,32
CONTA DA PREFEITURA				PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	F	733,00	455,00
BB AG 11126 C/CDB - 48451-2 - 48451-2 FMS ENFERMAGEM	F	219.661,70	0,00	FMS - JTB - SYSTEM SAÚDE	F	503,00	260,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	F	14.247,01	0,00				
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	F	643,50	0,00				
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	F	643,50	0,00				

Documento assinado digitalmente por: [Assinatura]



ESPECIFICAÇÃO	ATIVO				PASSIVO			
	Nota	SALDO		ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO		
		2023	2022			2023	2022	
SUPRIMENTO DE FUNDOS	F	643,50	0,00	FMS - JTB - ALFA SAÚDE	F	230,00	99,00	
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	F	13.603,51	0,00	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	F	3.480,01	1.642,61	
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	F	13.603,51	0,00	FMS - JTB - MENS AMACS	F	3.091,00	1.242,00	
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	F	10.408,11	0,00	FMS - JTB - SINCONAM-PE	F	59,80	32,40	
SALÁRIO FAMÍLIA - RPPS	F	598,20	0,00	FMS - JTB - SMOEPE	F	329,21	362,21	
SALÁRIO FAMÍLIA - RGPS	F	7.821,89	0,00	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	F	100.778,49	68.362,63	
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	F	3.195,40	0,00	FMS - JTB - CONS. BRADESCO I	F	58.125,42	34.252,14	
ESTOQUES	P	1.939.482,19	0,00	FMS - JTB - CONS. BRADESCO II	F	2.210,71	33,97	
ALMOXARIFADO	P	1.939.482,19	0,00	FMS - JTB - CONS. BANCO DO BRASIL I	F	29.641,06	0,00	
ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	P	1.939.482,19	0,00	FMS - JTB - CONS. BANCO DO BRASIL II	F	663,30	3.302,22	
MATERIAL DE CONSUMO	P	463.338,14	0,00	FMS - JTB - CONS. BANCO DO BRASIL III	F	7.150,90	2.472,30	
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	P	347.405,45	0,00	FMS - JTB - CONS. BANCO DO BRASIL IV	F	2.481,18	0,00	
AUTOPEÇAS	P	8.767,38	0,00	FMS - JTB - CONS. BANCO DO BRASIL V	F	505,92	0,00	
MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES	P	1.106.920,19	0,00	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	F	6.415,71	4.982,08	
MATERIAL DE EXPEDIENTE	P	13.051,03	0,00	FMS - JTB - 13º SALÁRIO	F	2.964,77	3.052,87	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	P 2	3.517.993,05	3.537.581,62	FMS - JTB - SALARIO FAMILIA INSS 2021	F	817,98	1.119,98	
IMOBILIZADO	P	3.517.993,05	3.537.581,62	FMS - JTB - SALARIO FAMILIA INSS 2022	F	508,23	502,23	
BENS MÓVEIS	P	3.701.404,32	3.537.581,62	FMS - JTB - SALARIO MATERNIDADE 2021	F	2.124,73	0,00	
BENS MÓVEIS- CONSOLIDAÇÃO	P	3.701.404,32	3.537.581,62	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5	2.698.380,68	1.237.585,21	
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	12.357,00	0,00	RESULTADOS ACUMULADOS		2.698.380,68	1.237.585,21	
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	P	5.613,00	0,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		2.698.380,68	1.237.585,21	
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	P	2.014,00	0,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO		2.698.380,68	1.237.585,21	
OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	4.730,00	0,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		1.460.795,47	-768.752,84	
BENS DE INFORMÁTICA	P	420,00	0,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.237.585,21	2.006.341,05	
EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	P	420,00	0,00					
VEÍCULOS	P	137.500,00	0,00					
VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	P	137.500,00	0,00					
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	3.551.127,32	3.537.581,62					
OUTROS BENS MÓVEIS	P	3.551.127,32	3.537.581,62					
BENS IMÓVEIS	P	210.342,49	0,00					
BENS IMÓVEIS- CONSOLIDAÇÃO	P	210.342,49	0,00					
BENS DE USO ESPECIAL	P	4.382,81	0,00					
HOSPITAIS E UNIDADES DE SAÚDE	P	4.382,81	0,00					
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	205.959,68	0,00					
OBRAS EM ANDAMENTO	P	205.959,68	0,00					
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZACÃO ACUMULADAS	P	-393.753,76	0,00					
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZACÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	P	-393.753,76	0,00					

Documento assinado digitalmente por: FELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
 Assinado em: 2024/03/25 12:26:40
 Para validar a assinatura, acesse o documento no endereço: http://cebs1066662.jatoba.pe.gov.br/validar/assinatura/cebs1066662



ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JATOBA
Balanco Patrimonial



Exercício: 2023

Documento Assinado Digitalmente por: ROBERTO FERREIRA GOMES DA SILVA / OBRIGADO
 Acesse em: https://etce.tecepe.tc.br/epp/validar/oc/oc_year/OdigoDocumento/260223-5a-ccc-40a-1a-503-1066662

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO		ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO	
		2023	2022			2023	2022
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS	P	-374.472,37	0,00				
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	-430,40	0,00				
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	P	-1.273,20	0,00				
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	-677,28	0,00				
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	P	-18.333,33	0,00				
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	P	-353.758,16	0,00				
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA – BENS IMÓVEIS	P	-19.281,39	0,00				
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE USO COMUM DO POVO	P	-19.281,39	0,00				
TOTAL		5.943.838,48	4.091.245,28	TOTAL		5.943.838,48	4.091.245,28

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI N.º 4.320/64							
ATIVO FINANCEIRO	6	486.363,24	553.663,66	PASSIVO FINANCEIRO	8	3.245.457,80	2.853.660,07
ATIVO PERMANENTE	7	5.457.475,24	3.537.581,62	PASSIVO PERMANENTE	9	0,00	0,00
TOTAL		5.943.838,48	4.091.245,28	TOTAL		3.245.457,80	2.853.660,07
SALDO PATRIMONIAL						2.698.380,68	1.237.580,21

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI N.º 4.320/64							
ATOS POTENCIAIS ATIVOS				ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO		ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO	
		2023	2022			2023	2022
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		2.203.196,13	148.281,85
DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00	DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		2.203.196,13	148.281,85

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (LEI N° 4.320/1964)			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
	2023	2022	
5001001 - IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	0,00	50,18	
5001002 - IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	10.330,89	-2.715,00	
6000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	662,14	-100.60,18	
6010000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO NA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	236.400,03	0,00	



ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JATOBÁ
Balço Patrimonial

Anexo 14 - Art. 105 da Lei Federal nº 22.746/44



Exercício: 2023

6020000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - RECURSOS DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO DA COVID-19 NO BOJO	628,18	0,00
6050000 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA UNIÃO DESTINADA À COMPLEMENTAÇÃO AO PAGAMENTO DOS PISOS SALARIAIS PARA PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM.	219.661,70	0,00
6310000 - TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIO E INSTRUMENTOS CONGÊNEROS VINCULADOS À SAÚDE	4.433,29	0,91
6590000 - OUTROS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	0,00	158,87
TOTAL DOS RECURSOS:	472.116,23	-2.299.986,41

GILVANEIDE GOMES DE LIMA
SECRETÁRIA

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
CONTADOR CRC.16643/O1

Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA. MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://eicexatibic.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 2e02ba5a-ccee-41ba-a503-1ce081066662

Fundo Municipal de Saúde de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stce.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal de Saúde de Jatobá

CNPJ: 11.263.257/0001-52

a.2. Domicílio da entidade

Rua Bom Jardim, 01
Centro, Jatobá – PE
CEP: 56470-000

a.3. Dados do gestor

GILVANEIDE GOMES DE LIMA
Cargo: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CPF: 024.288.934-40

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
CRC: 16643/01

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Fundo Municipal de Saúde de Jatobá concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3 "Fundo Público da Administração Direta Municipal" possui como atividade principal "Administração Pública em Geral". Durante o exercício de 2023 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 525 de 29 de novembro de 2022 (LOA 2023). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Jatobá:

Fundo Municipal de Saúde de Jatobá

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo

Fundo Municipal de Saúde de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://tcepe.tcepe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02b5a5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

b.2. Bases de mensuração utilizadas

O Balço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial. O quadro principal do Balço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo). A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11. Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: 1) para ativo circulante, quando se estima que a arrecadação seja realizada até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; 2) para ativo não circulante, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior para ativo circulante; 3) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e 4) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior para passivo circulante. As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 216/2023. Os elementos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo, excepcionalmente, as contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2023, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2023 o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de

Fundo Municipal de Saúde de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº 4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stece.cepe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio da Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário da Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre

Fundo Municipal de Saúde de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stce.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no Balço Patrimonial.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Quanto a classificação de ativos, não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares. Quanto a constituição de provisões, não houve registro de provisões para esta entidade. Em relação ao reconhecimento de variações patrimoniais, não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

Nota 1: Ativo circulante

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 2.425.845,43. São compostos pelas contas: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (R\$ 472.116,23); CRÉDITOS A CURTO PRAZO (R\$ 14.247,01); INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); ESTOQUES (R\$ 1.939.482,19); ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA (R\$ 0,00); VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE (R\$ 0,00);

Nota 2: Caixa e Disponibilidade de Caixa

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2023 somam R\$ 472.116,23

Nota 3: Créditos a Curto Prazo

Os Créditos a curto prazo são compostos pelas contas 1.1.2 (Créditos a Curto Prazo) e 1.1.3 (Demais Créditos e Valores a Curto Prazo), que totalizam R\$ 14.247,01.

Detalhamento dos Créditos a Curto Prazo

O saldo evidenciado nos créditos a curto prazo corresponde as seguintes contas: Suprimento de Fundos R\$ 643,50 e R\$ 13.603,51 Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo.

Nota 4: Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

O valor evidenciado no total de R\$ 0,00, compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014

Nota 5: Estoque / Almoxarifado

Os registros de estoque totalizaram R\$ 1.939.482,19.

Nota 6: Política contábil e critérios de valoração adotada na mensuração do estoque

Os Estoques, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os valores dos estoques foram compatibilizados pela contabilidade pelos saldos residuais ao final do exercício, disponibilizados pelo setor responsável baseados em seus controles. O tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), foi registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva.

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Valor total contabilizado em estoque	1.939.482,19
Valor classificado em outras contas específicas da entidade	0,00
Valor do estoque contabilizado pelo valor justo menos as despesas de vendas	0,00
Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período	1.939.482,19
Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos	0,00
Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantias de passivos	0,00

Fundo Municipal de Saúde de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.ecepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2e02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

Nota 7: Ativo Não Circulante

Os ativos de longo prazo totalizam R\$ 3.517.993,05. São compostos pelas contas: ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); INVESTIMENTOS (R\$ 0,00); IMOBILIZADO (R\$ 3.517.993,05); INTANGÍVEL (R\$ 0,00); DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 8: Créditos a Longo Prazo

O Total em Créditos a Longo Prazo é de R\$ 0,00.

Detalhamento dos Créditos a Longo Prazo

Não ocorreram registros de créditos a Longo Prazo

Nota 9: Imobilizado

O saldo do imobilizado ao final do exercício de 2023 foram de R\$ 3.517.993,05. É composto pelas contas: BENS MÓVEIS (R\$ 3.701.404,32); BENS IMÓVEIS (210.342,49); (-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZACÃO ACUMULADAS (R\$ - 393.753,76);

DESCRIÇÃO	2023 (R\$)	2022 (R\$)
Bens Móveis	3.701.404,32	4.320.578,57
Bens Imóveis	210.342,49	
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens móveis)	-393.753,76	-782.996,95
Bens Imóveis	0,00	0,00
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens imóveis)	0,00	0,00
TOTAL	3.517.993,05	3.537.581,62

Nota 10: Intangível

0,00

Nota 11: Passivo Circulante

Os bens e direitos de longo prazo evidenciados no Balço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 3.245.457,80. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 603.598,74); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 1.530.351,94); OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES (R\$ 0,00); PROVISÕES A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (R\$ 1.111.507,12);

Nota 12: Passivo Não Circulante

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 0,00. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); PROVISÕES A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); RESULTADO DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 13 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo

O saldo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 14: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a curto prazo

obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar a curto prazo no valor de R\$ 603.598,74, fornecedores e contas a pagar a curto prazo no valor de R\$ 1.530.351,94 e demais obrigações a curto prazo no valor de R\$ 1.111.507,12. Totalizando passivo circulante em R\$ 3.245.457,80.

Não houve registros de restos a pagar a longo prazo.

Os valores com obrigações trabalhistas de curto e longo prazo encontram-se abaixo discriminados:

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE CURTO PRAZO		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE LONGO PRAZO	
PESSOAL	R\$ 0,00	PESSOAL	R\$ 0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	R\$ 0,00	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	R\$ 0,00
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 603.598,74	ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 0,00

Nota 15: Empréstimos e Financiamentos

O saldo de Empréstimos e Financiamentos a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 16: Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo

O saldo de Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 17: Provisões a Longo Prazo

O saldo de Provisões a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Fundo Municipal de Saúde de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stce.tcepe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02b5a5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

Nota 18: Provisões

O total de provisões de curto prazo para o exercício de 2023 totalizou R\$ 0,00. O total de provisões de longo prazo para o exercício de 2023 foi de R\$ 0,00 o que resultou num total de provisões de R\$ 0,00 distribuídas na tabela a seguir .

PROVISÕES DE CURTO PRAZO		PROVISÕES DE LONGO PRAZO	
PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 0,00	PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 0,00
PROVISÕES FISCAIS	R\$ 0,00	PROVISÕES PREVIDENCIÁRIAS	R\$ 0,00
OUTRAS PROVISÕES	R\$ 0,00	PROVISÕES FISCAIS	R\$ 0,00
		OUTRAS PROVISÕES	R\$ 0,00

Nota 19: Provisões Matemáticas Previdenciárias

O Total das Provisões Matemáticas Previdenciárias para o exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 20: Demais Obrigações a Longo Prazo

O saldo das Demais Obrigações a Longo Prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 21: Passivo Financeiro

O passivo financeiro no final do exercício de 2023 totalizou R\$ 3.245.457,80. dos quais R\$ 3.245.457,80 são de elementos do passivo com atributo F e R\$ 0,00 são restos a pagar não-processados.

Nota 22: Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (R\$ 2.698.380,68) trata-se do resultado da diferença entre todos os ativos (R\$ 5.943.838,48) e passivos (R\$ 3.245.457,80). É composto pelas contas: PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL (R\$ 0,00); ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE CAPITAL (R\$ 0,00); AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE LUCROS (R\$ 0,00); DEMAIS RESERVAS (R\$ 0,00); RESULTADOS ACUMULADOS (R\$ 2.698.380,68); (-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA (R\$ 0,00);

Nota 23: Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial no final do exercício de 2022 totalizou R\$ 1.237.585,21. O resultado econômico da entidade no exercício de 2023 foi de R\$ 1.460.795,47, quando somado ao saldo anterior resultou no saldo patrimonial final de R\$ 2.698.380,68.

Nota 24: Quadro de Superávit/Déficit Financeiro

- Apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 216/2023.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos
- de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação.

ANALISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento.

1. Liquidez corrente (LC) = Ativo Financeiro (AF) / Passivo Financeiro (PF)

Fundo Municipal de Saúde de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://tcepe.tce.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

$$LC = \frac{\text{Ativo Financeiro (AF)}}{\text{Passivo Financeiro (PF)}} = \frac{486.363,24}{3.245.457,80} = 0,15$$

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.). Neste caso, o índice apresentado demonstra uma situação favorável, em que a entidade tem saldo do AF para poder pagar suas dívidas registradas no PF, então terá superávit financeiro, poderá dispor no ano seguinte para abertura, por exemplo, de créditos adicionais.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

d.2. Divulgações não financeiras

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

d.5. Atualização da Dívida (Passivo Não-Circulante):

O Valor da dívida não sofreu alteração no final do Exercício de 2023, em relação ao exercício anterior.

e) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais, conta judicial - precatórios 60%.

f) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

g) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balço Patrimonial

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

h) Informações Adicionais Exigidas pela Resolução TCE-PE Nº 216/2022

h.1. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

h.2. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito

Não houve no exercício de 2023 bens recebidos por doação.

h.3. Transferência de Ativos

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

Fundo Municipal de Saúde de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.ecepe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

h.4. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2023.

h.5. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

h.6. Relação de Provisões e Passivos Contingentes

Não houve durante o exercício de 2023, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

h.7. Informações de Passivos Contingentes

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

h.8. Perdas da Dívida Ativa

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício de 2023.

h.9. Informações adicionais

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

h.10. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

h.11. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões

Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.

h.12. Teste de Imparidade (Impairment)

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

h.13. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

h.14. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

h.15. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

h.16. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

h.17. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

h.18. Passivos Perdoados

Não houve passivos perdoados durante o exercício de 2023.

h.19. Ativos Contingentes

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

h.20. Avaliação Externa das Provisões

Não houve registro para esta entidade.

i) Adequação ao PIPCP:

As informações apresentadas neste Balço, com base nos seus elementos constituintes e peculiares, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano De Implantação Dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

Fundo Municipal de Saúde de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://etce.icepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2e02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

GILVANEIDE GOMES DE LIMA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CPF 024.288.934-40

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR

CONTADOR, CRC 16643/01



ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JATOBÁ
Balanco Patrimonial

Anexo 14 - Art. 105 da Lei Federal nº 2878/2000



Exercício: 2023

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO			PASSIVO			
	Nota	SALDO		ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO	
		2023	2022			2023	2022
ATIVO		759.674,03	596.489,49	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	F	759.674,03	596.489,49
ATIVO CIRCULANTE	1	647.933,58	467.928,52	PASSIVO CIRCULANTE	F 3	194.515,36	409.466,79
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	F	331.101,46	467.928,52	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	F	41.772,67	20.740,41
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	F	331.101,46	467.928,52	PESSOAL A PAGAR	F	41.375,17	41.375,17
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	F	331.101,46	467.928,52	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	F	41.375,17	41.375,17
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F	1.511,29	467.928,52	PESSOAL A PAGAR	F	41.375,17	41.375,17
BANCOS CONTA MOVIMENTO - FMAS	F	1.511,29	467.928,52	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	F	41.375,17	41.375,17
BB AG 11126 C/C - 105226-8 - PMJ/SOCIAL	F	0,00	840,41	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	F	397,50	20.740,41
BB AG 11126 C/C - 10540-7 - PMJ/BPC IV ETAPA	F	0,00	96,72	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-CONSOLIDAÇÃO	F	20.740,41	20.740,41
BB AG 11126 C/C - 110305-9 - FMAS/PAIF-ESTADO	F	1.268,02	51.558,63	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	23.576,45	23.576,45
BB AG 11126 C/C - 111250-3 - PMJ/BPC/ESCOLA	F	0,00	418,46	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	F	23.576,45	23.576,45
BB AG 11126 C/C - 111251-1 - PMJ/GBF/FNAS	F	0,00	178,13	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	-2.836,04	-2.836,04
BB AG 11126 C/C - 111252-X - PMJ/SUAS FNAS	F	0,00	8.123,31	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTRA OFSS	F	397,50	397,50
BB AG 11126 C/C - 111253-8 - PMJ/PSB FNAS	F	0,00	13.096,29	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	397,50	397,50
BB AG 11126 C/C - 111451-4 - PMJ/CRANCA FELIZ	F	0,00	70.260,22	Contribuição a Regime Próprio de Previdência do Ente	F	397,50	397,50
BB AG 11126 C/C - 40306-7 - PMJ/COVID/ACO/	F	0,00	5.398,85	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - UNIÃO	F	-20.740,41	-20.740,41
BB AG 11126 C/C - 40309-1 - PMJ/COVID/EPI	F	0,00	1.855,16	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	-20.740,41	-20.740,41
BB AG 11126 C/C - 43261-X - FMAS/BENEFICIOS EVENTUAIS/	F	0,00	7.892,72	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	F	-20.740,41	-20.740,41
BB AG 11126 C/C - 44096-5 - FMAS/CUSTEIO/COZINHA INDUSTRIAL	F	0,00	33.336,97	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	F	103.143,54	352.335,41
BB AG 11126 C/C - 44097-3 - FMAS INVEST/COZINHA INDUSTRIAL	F	0,00	52.698,64	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	F	103.143,54	352.335,41
BB AG 11126 C/C - 44178-3 - JATOBASIGTV	F	143,27	131.222,35	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	F	103.143,54	352.335,41
BB AG 11126 C/C - 44207-0 - FMAS/FUNDO M.ASSIST SOCIAL/	F	100,00	28.722,88	FORNECEDORES NACIONAIS	F	103.143,54	352.335,41
BB AG 11126 C/C - 44523-1 - PMJ/IGD/PAB	F	0,00	60.078,86	FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR	F	102.290,58	351.480,45
BB AG 11126 C/C - 101284-3 - PMJ/FCA	F	0,00	2.149,92	DEMAIS FORNECEDORES A PAGAR	F	852,96	852,96
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F	329.590,17	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	F	49.599,15	36.388,97
CDB	F	329.590,17	0,00	VALORES RESTITUÍVEIS	F	49.599,15	36.388,97
CDB - FMAS	F	329.590,17	0,00	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	F	49.599,15	36.388,97
BB AG 11126 C/CDB - 105226-8 - PMJ/SOCIAL	F	5.987,48	0,00	CONSIGNAÇÕES	F	49.599,15	36.388,97
BB AG 11126 C/CDB - 10540-7 - PMJ/BPC IV ETAPA	F	106,56	0,00	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	F	420,00	211,00
BB AG 11126 C/CDB - 111250-3 - PMJ/BPC/ESCOLA	F	461,03	0,00	FMAS - JTB - FLORESTA PREV - SERVIDOR	F	420,00	211,00
BB AG 11126 C/CDB - 111251-1 - PMJ/GBF/FNAS	F	25.512,20	0,00	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	F	3.636,44	3.978,61
BB AG 11126 C/CDB - 111253-8 - PMJ/PSB FNAS	F	15.809,72	0,00	FMAS - JTB - INSS - FOLHA	F	3.636,44	3.978,61
BB AG 11126 C/CDB - 111451-4 - PMJ/CRANCA FELIZ	F	20.586,89	0,00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	F	28.011,05	20.386,40
BB AG 11126 C/CDB - 43261-X - FMAS/BENEFICIOS EVENTUAIS/	F	21.327,92	0,00	FMAS - JTB - IRRF - FOLHA DE PAGAMENTO	F	28.011,05	20.386,40
BB AG 11126 C/CDB - 44096-5 - FMAS/CUSTEIO/COZINHA INDUSTRIAL	F	13.596,19	0,00	ISS	F	13.071,11	9.206,31
BB AG 11126 C/CDB - 44097-3 - FMAS INVEST/COZINHA INDUSTRIAL	F	9.381,70	0,00	FMAS - JTB - ISS - PF	F	13.071,11	9.206,31
BB AG 11126 C/CDB - 44178-3 - JATOBASIGTV	F	52,63	0,00	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	F	79,00	79,00

Documento assinado digitalmente por: JATOBÁ - Pernambuco
 Assinado em: 23/03/2024 19:55:21
 Código do documento: 2e0f2bba-2303-4300-9000-000000000000



ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JATOBÁ
Balanco Patrimonial



Exercício: 2023

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO		ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO	
		2023	2022			2023	2022
BB AG 11126 C/CDB - 44207-0 - FMAS/FUNDO M.ASSIST SOCIAL/	F	15.561,80	0,00	FMAS - JTB - SYSTEM SAÚDE	F	79,00	79,00
BB AG 11126 C/CDB - 44523-1 - PMJ/IGD/PAB	F	22.749,27	0,00	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	F	33,00	33,00
BB AG 11126 C/CDB - 47314-6 - PROGRAMA EMERGENCIAL SUAS C/C 47314-6	F	23.848,57	0,00	FMAS - SMOEPE	F	33,00	33,00
BB AG 11126 C/CDB - 101284-3 - PMJ/FCA	F	2.389,76	0,00	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	F	4.348,55	4.348,55
BB AG 11126 C/CDB - 45102-9 - 45102-9 FUNDO M A SOCIAL - FMAS	F	61.730,13	0,00	FMAS - JTB - CONS - BANCO DO BRASIL I	F	0,00	0,00
BB AG 11126 C/CDB - 110305-9 - FMAS/PAIF-ESTADO	F	89.370,64	0,00	FMAS - JTB - CONS BANCO DO BRASIL II	F	491,95	491,95
BB AG 11126 C/CDB - 111252-X - PMJ/SUAS FNAS	F	1.117,68	0,00	FMAS - JTB - CONS BRADESCO I	F	3.856,60	3.856,60
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		781,23	0,00	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	F	0,00	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	P	503,59	0,00	FMAS - JTB - SALÁRIO FAMILIA RPPS 2022	F	0,00	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	P	503,59	0,00	FMAS - JTB - SALÁRIO FAMILIA INSS 2022	F	0,00	0,00
SUPRIMENTO DE FUNDOS	P	503,59	0,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5	565.158,67	187.023,70
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	F	277,64	0,00	RESULTADOS ACUMULADOS		565.158,67	187.023,70
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	F	277,64	0,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		565.158,67	187.023,70
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMILIA PAGO	F	277,64	0,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO		565.158,67	187.023,70
SALÁRIO FAMILIA - RPPS	F	528,42	0,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		378.134,97	378.134,97
ESTOQUES	P	316.050,89	0,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		187.023,70	-190.111,001
ALMOXARIFADO	P	316.050,89	0,00				
ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	P	316.050,89	0,00				
MATERIAL DE CONSUMO	P	144.069,78	0,00				
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	P	161.645,00	0,00				
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	P	8.000,00	0,00				
AUTOPEÇAS	P	1.155,00	0,00				
MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES	P	602,30	0,00				
MATERIAIS GRÁFICOS	P	578,81	0,00				
ATIVO NÃO CIRCULANTE	P 2	111.740,45	128.560,97				
IMOBILIZADO	P	111.740,45	128.560,97				
BENS MÓVEIS	P	151.807,57	151.807,57				
BENS MÓVEIS- CONSOLIDAÇÃO	P	151.807,57	151.807,57				
BENS DE INFORMÁTICA	P	16.397,60	16.397,60				
EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	P	16.397,60	16.397,60				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	32.612,00	32.612,00				
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	P	25.447,00	25.447,00				
MOBILIÁRIO EM GERAL	P	7.165,00	7.165,00				
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	102.797,97	102.797,97				
OUTROS BENS MÓVEIS	P	102.797,97	102.797,97				
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZACÃO ACUMULADAS	P	-40.067,12	-23.246,60				
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZACÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	P	-40.067,12	-23.246,60				

Documento assinado digitalmente por ROSELIANE GOMES DA SILVA MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
 Acesso em: 23/03/2024 19:55:21
 https://etcecei.org.br/etcecei/verdocumento?documento=2e020b5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662



ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JATOBÁ
Balanco Patrimonial



Exercício: 2023

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO			PASSIVO			
	Nota	SALDO		ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO	
		2023	2022			2023	2022
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS	P	-40.067,12	-23.246,60				
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	-636,17	-636,17				
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	P	-5.192,57	-1.913,05				
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	-3.399,00	-137,80				
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	P	-30.839,38	-20.559,58				
TOTAL		759.674,03	596.489,49	TOTAL		759.674,03	596.489,49

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI N.º 4.320/64							
ATIVO FINANCEIRO	6	331.379,10	467.928,52	PASSIVO FINANCEIRO	8	194.515,36	409.465,79
ATIVO PERMANENTE	7	428.294,93	128.560,97	PASSIVO PERMANENTE	9	0,00	0,00
TOTAL		759.674,03	596.489,49	TOTAL		194.515,36	409.465,79
SALDO PATRIMONIAL						565.158,67	187.022,70

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI N.º 4.320/64								
ESPECIFICAÇÃO	ATOS POTENCIAIS ATIVOS			ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			Nota	
	Nota	SALDO		ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO		
		2023	2022			2023		2022
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00	
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		369.500,00	12.977,35	
DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00	DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00	
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00	
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		369.500,00	12.977,35	

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (LEI N.º 4.320/1964)			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
	2023	2022	
5000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	5.987,48	-398.783,03	
5010000 - OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS	0,00	6.606,02	
6600000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	112.777,58	167.813,72	
6610000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	212.336,40	51.588,63	
6690000 - OUTROS RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	94.377,05	
7060000 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO	0,00	131.222,35	
TOTAL DOS RECURSOS:	331.101,46	58.482,73	

Documento Assinado Digitalmente por: FREDERICO RODRIGUES DA SILVA MENEZES
 Acesso em: https://etce.tecepe.tc.br/epv/validarDocumento
 Código do Documento: 2e072f15-a-cces-411b4-a503-1ce9810e9810



ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JATOBÁ
Balço Patrimonial

Anexo 14 - Art. 105 da Lei Federal nº 13.306/2016



Exercício: 2023

DANIELLE CAVALCANTE SILVA
SECRETÁRIA

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
CONTADOR CRC.16643/O1

Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://etce.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2e02ba5a-ccee-41ba-a503-1ce081066662

Fundo Municipal de Assistência Social de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stce.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal de Assistência Social de Jatobá

CNPJ: 12.110.618/0001-93

a.2. Domicílio da entidade

Av. Recife, s/n
Centro, Jatobá – PE
CEP: 56470-000

a.3. Dados do gestor

DANIELLE CAVALCANTE SILVA
Cargo: SECRETÁRIA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CPF: 024.700.704-81

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
CRC: 16643/01

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Fundo Municipal de Assistência Social de Jatobá concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2023 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 525 de 29 de novembro de 2022 (LOA 2023). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Jatobá:

Fundo Municipal de Assistência Social de Jatobá

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo

Fundo Municipal de Assistência Social de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://tcepe.cepe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02b5a5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

b.2. Bases de mensuração utilizadas

O Balço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial. O quadro principal do Balço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo). A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11. Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: 1) para ativo circulante, quando se estima que a arrecadação seja realizada até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; 2) para ativo não circulante, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior para ativo circulante; 3) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e 4) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior para passivo circulante. As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 216/2023. Os elementos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo, excepcionalmente, as contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2023, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2023 o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de

Fundo Municipal de Assistência Social de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stee.tcepe.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio da Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário da Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre

Fundo Municipal de Assistência Social de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stce.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no Balço Patrimonial.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Quanto a classificação de ativos, não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares. Quanto a constituição de provisões, não houve registro de provisões para esta entidade. Em relação ao reconhecimento de variações patrimoniais, não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

Nota 1: Ativo circulante

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 647.933,58. São compostos pelas contas: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (R\$ 331.101,46); CRÉDITOS A CURTO PRAZO (R\$ 781,23); INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); ESTOQUES (R\$ 316.050,89); ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA (R\$ 0,00); VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE (R\$ 0,00);

Nota 2: Caixa e Disponibilidade de Caixa

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2023 somam R\$ 331.101,46

Nota 3: Créditos a Curto Prazo

Os Créditos a curto prazo são compostos pelas contas 1.1.2 (Créditos a Curto Prazo) e 1.1.3 (Demais Créditos e Valores a Curto Prazo), que totalizam R\$ 781,23.

Detalhamento dos Créditos a Curto Prazo

O valor evidenciado no total de R\$ 781,23 compreende ao somatório das contas Adiantamentos Concedidos R\$ 503,59 e Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo R\$ 277,64

Nota 4: Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

O valor evidenciado no total de R\$ 0,00, compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014

Nota 5: Estoque / Almoxarifado

Os registros de estoque totalizaram R\$ 316.050,89.

Nota 6: Política contábil e critérios de valoração adotada na mensuração do estoque

Os Estoques, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os valores dos estoques foram compatibilizados pela contabilidade pelos saldos residuais ao final do exercício, disponibilizados pelo setor responsável baseados em seus controles. O tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), foi registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva.

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Valor total contabilizado em estoque	316.050,89
Valor classificado em outras contas específicas da entidade	0,00
Valor do estoque contabilizado pelo valor justo menos as despesas de vendas	0,00
Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período	316.050,89
Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos	0,00
Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantias de passivos	0,00

Fundo Municipal de Assistência Social de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stece.tepepe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

Nota 7: Ativo Não Circulante

Os ativos de longo prazo totalizam R\$ 111.740,45. São compostos pelas contas: ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); INVESTIMENTOS (R\$ 0,00); IMOBILIZADO (R\$ 111.740,45); INTANGÍVEL (R\$ 0,00); DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 8: Créditos a Longo Prazo

O Total em Créditos a Longo Prazo é de R\$ 0,00.

Detalhamento dos Créditos a Longo Prazo

Não ocorreram registros de créditos a Longo Prazo

Nota 9: Imobilizado

O saldo do imobilizado ao final do exercício de 2023 foram de R\$ 111.740,45. É composto pelas contas: BENS MÓVEIS (R\$ 151.807,57); (-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS (R\$ -40.067,12);

DESCRIÇÃO	2022 (R\$)	2022 (R\$)
Bens Móveis	151.807,57	151.807,57
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens móveis)	-40.067,12	-23.246,60
Bens Imóveis	0,00	0,00
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens imóveis)	0,00	0,00
TOTAL	111.740,45	128.560,97

Nota 10: Intangível

0,00

Nota 11: Passivo Circulante

Os bens e direitos de longo prazo evidenciados no Balço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 194.515,36. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 41.772,67); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 103.143,54); OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES (R\$ 0,00); PROVISÕES A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (R\$ 49.599,15);

Nota 12: Passivo Não Circulante

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 0,00. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); PROVISÕES A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); RESULTADO DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 13 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo

O saldo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 14: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências de curto e longo prazo

obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo no valor de R\$ 41.772,67, fornecedores e contas a pagar a curto prazo no valor de R\$ 103.143,54 e demais obrigações a curto prazo no valor de R\$ 49.599,15. Totalizando passivo circulante em R\$ 194.515,36.

Não houve registros de restos a pagar a longo prazo.

Os valores com obrigações trabalhistas de curto e longo prazo encontram-se abaixo discriminados:

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE CURTO PRAZO		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE LONGO PRAZO	
PESSOAL	R\$ 41.375,17	PESSOAL	R\$ 0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00
BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS	R\$ 0,00	BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS	R\$ 0,00
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 397,50	ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 0,00

Nota 15: Empréstimos e Financiamentos

O saldo de Empréstimos e Financiamentos a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 16: Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo

O saldo de Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 17: Provisões a Longo Prazo

O saldo de Provisões a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 18: Provisões

Fundo Municipal de Assistência Social de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stce.tcepe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2e02bba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

O total de provisões de curto prazo para o exercício de 2023 totalizou R\$ 0,00. O total de provisões de longo prazo para o exercício de 2023 foi de R\$ 0,00 o que resultou num total de provisões de R\$ 0,00 distribuídas na tabela a seguir .

PROVISÕES DE CURTO PRAZO		PROVISÕES DE LONGO PRAZO	
PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 0,00	PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 0,00
PROVISÕES FISCAIS	R\$ 0,00	PROVISÕES PREVIDENCIÁRIAS	R\$ 0,00
OUTRAS PROVISÕES	R\$ 0,00	PROVISÕES FISCAIS	R\$ 0,00
		OUTRAS PROVISÕES	R\$ 0,00

Nota 19: Provisões Matemáticas Previdenciárias

O Total das Provisões Matemáticas Previdenciárias para o exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 20: Demais Obrigações a Longo Prazo

O saldo das Demais Obrigações a Longo Prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 21: Passivo Financeiro

O passivo financeiro no final do exercício de 2023 totalizou R\$ 194.515,36. dos quais R\$ 194.515,36 são de elementos do passivo com atributo F e R\$ 0,00 são restos a pagar não-processados.

Nota 22: Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (R\$ 565.158,67) trata-se do resultado da diferença entre todos os ativos (R\$ 759.674,03) e passivos (R\$ 194.515,36). É composto pelas contas: PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL (R\$ 0,00); ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE CAPITAL (R\$ 0,00); AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE LUCROS (R\$ 0,00); DEMAIS RESERVAS (R\$ 0,00); RESULTADOS ACUMULADOS (R\$ 565.158,67); (-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA (R\$ 0,00);

Nota 23: Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial no final do exercício de 2022 totalizou R\$ 187.023,70. O resultado econômico da entidade no exercício de 2023 foi de R\$ 378.134,97, quando somado ao saldo anterior resultou no saldo patrimonial final de R\$ 565.158,67.

Nota 24: Quadro de Superávit/Déficit Financeiro

- Apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 147/2021.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos
- de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação.

ANALISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento.

1. Liquidez corrente (LC) = Ativo Financeiro (AF) / Passivo Financeiro (PF)

$$LC = \frac{\text{Ativo Financeiro (AF)}}{\text{Passivo Financeiro (PF)}} = \frac{331.379,10}{194.515,36} = 1,70$$

Fundo Municipal de Assistência Social de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://tcepe.tcepe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

Passivo Financeiro (PF)

194.515,36

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.). Neste caso, o índice apresentado demonstra uma situação favorável, em que a entidade tem saldo do AF para poder pagar suas dívidas registradas no PF, então terá superávit financeiro, poderá dispor no ano seguinte para abertura, por exemplo, de créditos adicionais.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

d.2. Divulgações não financeiras

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

d.5. Atualização da Dívida (Passivo Não-Circulante):

O Valor da dívida não sofreu alteração no final do Exercício de 2023, em relação ao exercício anterior.

e) Saldo Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

Saldo significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais, conta judicial - precatórios 60%.

f) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

g) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balço Patrimonial

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

h) Informações Adicionais Exigidas pela Resolução TCE-PE Nº 216/2023

h.1. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

h.2. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito

Não houve no exercício de 2023 bens recebidos por doação.

h.3. Transferência de Ativos

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

h.4. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito

Fundo Municipal de Assistência Social de Jatobá

Nota Explicativa Balanço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.ecepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2023.

h.5. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

h.6. Relação de Provisões e Passivos Contingentes

Não houve durante o exercício de 2023, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

h.7. Informações de Passivos Contingentes

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

h.8. Perdas da Dívida Ativa

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício de 2023.

h.9. Informações adicionais

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

h.10. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

h.11. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões

Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.

h.12. Teste de Imparidade (Impairment)

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

h.13. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

h.14. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

h.15. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

h.16. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

h.17. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

h.18. Passivos Perdoados

Não houve passivos perdoados durante o exercício de 2023.

h.19. Ativos Contingentes

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

h.20. Avaliação Externa das Provisões

Não houve registro para esta entidade.

i) Adequação ao PIPCP:

As informações apresentadas neste Balanço, com base nos seus elementos constituintes e peculiares, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano De Implantação Dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

Fundo Municipal de Assistência Social de Jatobá

Nota Explicativa Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://etce.tcepe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2e02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

DANIELLE CAVALCANTE SILVA
SECRETÁRIA, CPF 024.700.704-81

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
CONTADOR, CRC 16643/01



**Câmara de
Vereadores de
Jatobá – PE**

**Balanco Patrimonial
Lei Nº 4.320/64 MCASP**





Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stce.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2e02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

Balanco Patrimonial

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 MCASP

**Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas referentes ao
exercício financeiro de 2023**

Contador(a) **Eziuda Maria de Sousa** CRC/PE 12.705/O-8



APRESENTAÇÃO

O Balanço Patrimonial foi elaborado de acordo com o Anexo 14 da Lei Federal 4.320/64, com atualizações guiadas pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP. A elaboração da Demonstração Contábil e da Notas Explicativas referente ao exercício financeiro de 2023, abrange o Poder Legislativo do Município de Jatobá, Estado de Pernambuco: Câmara de Vereadores. Foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI – Fiorilli Software, onde servidores municipais efetivos e/ou comissionados ligados diretamente a supervisão da Presidência desta casa Legislativa, em conjunto com a assessoria da Contador(a) Eziuda Maria de Sousa CRC 12.705/O-8, o utilizam para a execução orçamentária, financeira e patrimonial, em conformidade com diretrizes de lançamentos estabelecidos pela 9ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria Conjuntiva STN/SOF/ME nº117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº119, de 4 de novembro de 2021 e Portaria STN nº1.131, de 4 de novembro de 2021. Sendo assim, à elaboração dessas Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas, tem como objetivo dar transparência referente às informações contábeis, patrimoniais, orçamentárias, econômicas e financeiras do Poder Legislativo aos diversos cidadãos.

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil responsável por apresentar a situação patrimonial da entidade pública de maneira quantitativa e qualificada por meio de contas representativas do patrimônio público, como também suas contas de compensação. Sendo o mesmo estruturado por ativos, passivos e patrimônio líquido, os resultados obtidos no balanço em questão são resultantes da execução orçamentário do exercício atual e anterior, permitindo realizar análises da situação patrimonial da entidade. O Balanço Patrimonial será composto por: a. Quadro Principal; b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; c. Quadro das Contas de Compensação (controle); e d. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro. As estruturas das demonstrações contábeis dos anexos da Lei nº 4.320/1964 e da Portaria STN nº 438/2012 estão contidas nos quadros acima, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. A partir de então, no Balanço Patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis. Suas Notas Explicativas seguiram as normatizações da Resolução TCE/PE nº 216, de 06 de dezembro de 2023, consoante aos anexos XIX e XXII, da resolução supracitada, no que diz respeito a sua estrutura mínima e ainda, agregando-se o Demonstrativo de Implantação das Novas Regras Contábeis Aplicados ao Setor Público.

Trazendo uma pré-análise do Balanço Patrimonial 2023, da Câmara de Vereadores, trazemos um total de Ativo Circulante (AC) de R\$ 35,31 , ao tempo que, o Ativo Não Circulante (ANC) foi de R\$ 224.075,28. Já o Passivo Circulante (PC) atingiu R\$ 0,00, enquanto o Passivo Não Circulante chegou a R\$ 0,00. Desta forma, contabilizando um Patrimônio Líquido (PL) de R\$ 224.110,59 para o último exercício. Então, assim, após esta breve introdução, apresentamos a íntegra do Balanço Patrimonial da Câmara de Vereadores de Jatobá com suas respectivas Notas Explicativas para o exercício financeiro de 2023.

NILSON OLIVEIRA COSTA
Presidente da Câmara do Vereadores
Período de gestão: 01/01/2023 a 31/12/2023.

EZIUDA MARIA DE SOUSA
CONTADORA



ESTADO DE PERNAMBUCO
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JATOBA
Balanco Patrimonial



Exercício: 2023

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO		ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO	
		2023	2022			2023	2022
ATIVO		224.110,59	193.235,98	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		224.110,59	193.235,98
ATIVO CIRCULANTE	1	35,31	4.146,46	PASSIVO CIRCULANTE	3		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	F	35,31	4.146,46	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO			
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	F	35,31	4.146,46	PESSOAL A PAGAR			
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA ESTRANGEIRA				BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR			
CRÉDITOS A CURTO PRAZO				BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR			
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER				ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR			
CLIENTES				EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO			
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER				EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO			
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS				EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - EXTERNO			
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA				FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO			
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA				FINANCIAMENTO A CURTO PRAZO - EXTERNO			
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO				JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO			
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO				JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - EXTERNO			
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS				(-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - INTERNO			
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR				(-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - EXTERNO			
CRÉDITOS A RECEBER POR DESCENTRALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO			
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO			
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR ESTRANGEIROS A CURTO PRAZO			
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO				OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO			
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO				OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO			
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO				OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS			
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO				OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS				TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO			
APLICAÇÃO TEMPORÁRIA EM METAIS PRECIOSOS				TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS A PAGAR			
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE IMÓVEIS				TRANSFERÊNCIAS LEGAIS A PAGAR			
(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS				TRANSFERÊNCIAS DISCRICIONÁRIAS A PAGAR			
ESTOQUES	P			TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA A PAGAR			
MERCADORIAS PARA REVENDA				DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A PAGAR			
PRODUTOS E SERVIÇOS ACABADOS				PROVISÕES A CURTO PRAZO			
PRODUTOS E SERVIÇOS EM ELABORAÇÃO				PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO			
MATÉRIAS-PRIMAS				PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS A CURTO PRAZO			
MATERIAIS EM TRÂNSITO				PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO			
ALMOXARIFADO	P			PROVISÃO PARA REPARTIÇÃO DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO			
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES				PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A CURTO PRAZO			
OUTROS ESTOQUES							
(-) AJUSTE DE PERDAS DE ESTOQUES							
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA							
INVESTIMENTO MANTIDO PARA VENDA							

Documento assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
 Acesse em: https://etec.tecepe.tc.br/epv/validaDoc.seam Código do documento: 2e02ba5a-cccc-41ba-a503-1ceb81066662



ESTADO DE PERNAMBUCO
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JATOBA
Balanco Patrimonial



Exercício: 2023

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO		ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO	
		2023	2022			2023	2022
IMOBILIZADO MANTIDO PARA VENDA				PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A CURTO PRAZO			
INTANGÍVEL MANTIDO PARA VENDA				OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO			
(-) REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA				DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO			
ATIVO BIOLÓGICO				ADIANTAMENTOS DE CLIENTES			
ATIVO BIOLÓGICO				OBRIGAÇÕES POR DANOS A TERCEIROS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE				ARRENDAMENTO OPERACIONAL A PAGAR			
PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR				DEBÊNTURES E OUTROS TÍTULOS DE DÍVIDA A CURTO PRAZO			
VPD FINANCEIRAS A APROPRIAR				DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR			
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR				OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP			
ALUGUEIS PAGOS A APROPRIAR				DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS A OPERAR PELO BACEN			
TRIBUTOS PAGOS A APROPRIAR				VALORES RESTITUÍVEIS	F		
CONTRIBUIÇÕES CONFEDERATIVAS A APROPRIAR				OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO			
BENEFÍCIOS A PESSOAL A APROPRIAR				PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	4		
DEMAIS VPD A APROPRIAR				OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	P 2	224.075,28	189.089,52	PESSOAL A PAGAR			
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR			
CRÉDITOS A LONGO PRAZO				BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR			
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO				ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR			
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO				EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO			
ESTOQUES				EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE				EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - EXTERNO			
INVESTIMENTOS				FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO			
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES				FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO - EXTERNO			
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO				JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO			
INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO				JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - EXTERNO			
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES				(-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - INTERNO			
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE INVESTIMENTOS				(-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - EXTERNO			
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO			
IMOBILIZADO	P	224.075,28	189.089,52	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZO			
BENS MÓVEIS	P	234.929,07	198.415,47	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR ESTRANGEIROS A LONGO PRAZO			
BENS IMÓVEIS	P	82.346,60	82.346,60	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO			
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZACÃO ACUMULADAS	P	-93.200,39	-91.672,55	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO			
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO				OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM OS ESTADOS			
INTANGÍVEL				OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS			
SOFTWARES				TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO			
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS				TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS A PAGAR			
DIREITO DE USO DE IMÓVEIS							
(-) AMORTIZACÃO ACUMULADA							
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEL							

Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
 Acesse em: https://etce.tcepe.tc.br/ep/validaDoc.seam Código do documento: 2e02ba5a-cccc-41ba-a503-1ceb81066662



ESTADO DE PERNAMBUCO
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JATOBA
Balanco Patrimonial



Exercício: 2023

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO		ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO	
		2023	2022			2023	2022
DIFERIDO				TRANSFERÊNCIAS LEGAIS A PAGAR			
GASTOS DE IMPLANTAÇÃO E PRÉ-OPERACIONAIS				TRANSFERÊNCIAS DISCRICIONÁRIAS A PAGAR			
GASTOS DE REORGANIZAÇÃO				TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA A PAGAR			
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA				DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A PAGAR			
				PROVISÕES A LONGO PRAZO			
				PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO			
				PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO			
				PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO			
				PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A LONGO PRAZO			
				PROVISÃO PARA REPARTIÇÃO DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO			
				PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A LONGO PRAZO			
				PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A LONGO PRAZO			
				OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO			
				DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO			
				ADIANTAMENTOS DE CLIENTES A LONGO PRAZO			
				OBRIGAÇÕES POR DANOS A TERCEIROS A LONGO PRAZO			
				DEBÊNTURES E OUTROS TÍTULOS DE DÍVIDA A LONGO PRAZO			
				ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL			
				OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP- LONGO PRAZO			
				VALORES RESTITUÍVEIS			
				OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO			
				RESULTADO DIFERIDO			
				VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (VPA) DIFERIDA			
				(-) CUSTO DIFERIDO			
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5	224.110,59	193.238,98
				PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL			
				PATRIMÔNIO SOCIAL			
				CAPITAL SOCIAL REALIZADO			
				ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL			
				RESERVAS DE CAPITAL			
				ÁGIO NA EMISSÃO DE AÇÕES			
				ALIENAÇÃO DE PARTES BENEFICIÁRIAS			
				ALIENAÇÃO DE BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO			
				CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL REALIZADO			
				OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL			
				AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL			
				AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DE ATIVOS			

Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
 Acesse em: https://etce.tcepe.tc.br/epv/validaDoc.seam Código do documento: 2e02ba5a-cccc-41ba-a503-7e1e81066662



ESTADO DE PERNAMBUCO
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JATOBA
Balanco Patrimonial



Exercício: 2023

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI N.º 4.320/64							
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			ATOS POTENCIAIS PASSIVOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO		ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO	
		2023	2022			2023	2022
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		113.000,00	55.225,50
DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00	DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		113.000,00	55.225,50

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (LEI Nº 4.320/1964)		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO	
	2023	2022
5000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	35,31	115,46
TOTAL DOS RECURSOS:	35,31	115,46

Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERRAZ DA SILVA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
 Acesse em: https://etce.tcepe.br/validaDoc.seam?Codigo do documento: 2e02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.eicep.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

CÂMARA DE VEREADORES DE JATOBÁ

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercício de 2023

(ANEXO 14 – BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 MCASP)

INFORMAÇÕES GERAIS:

a) Nome da entidade:

Câmara de Vereadores de Jatobá

b) Natureza jurídica da entidade:

106-6 – Órgão Público do Poder Legislativo Municipal

CNPJ: 01.615.668/0001-06

Principal atividade econômica da entidade: 84.11-6-00 – Administração pública em geral

c) Domicílio da entidade:

Rua Rio Formoso, nº 21 – Vila Jatobá; CEP: 56.470-000; Jatobá – PE

d) Natureza das operações e principais atividades da entidade:

A Câmara de Vereadores de Jatobá – PE possui a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código: 106-6 – Órgão Público do Poder Legislativo Municipal, sendo sua atividade principal classificada como: 84.11-6-00 – Administração pública em geral. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. Para tanto, em sua estrutura contam de secretárias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta, sua execução orçamentária foi realizada baseada na Lei Municipal nº 525/2022, de 30 de novembro de 2022 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2023). Sua fonte financeira deriva dos repasses definidos Art.29-A da Constituição Federal 1988. O texto do artigo em questão trata dos percentuais legais a serem repassados e outras informações: Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos Artigos 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000).

I – 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009) (Produção de efeito).

e) Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

A entidade pública do Poder Legislativo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis da Câmara de Vereadores de Jatobá, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro do exercício de 2023, apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis ao Setor



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stce.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02b5a5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

Público – NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjuntiva STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro 2021 e Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 9ª Edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira.

Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 (R1), que trata das demonstrações contábeis das entidades. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras dos normativos internacionais publicados pelo *International Federation of Accountants* – IFAC através da *International Public Sector Accounting Standards* – IPSAS, que visam promover a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Quanto aos aspectos de escrituração das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE.

f) Informações Adicionais Exigidas pela Resolução TCE-PE Nº 216/2023 e pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE:

Estrutura e apresentação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE - PE, apresentando os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração seguiram os princípios contábeis da entidade, da continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competências e prudências, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos Sistemas orçamentário e Patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art.86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do *International Federation of Accountants* (IFAC) através das *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS).

g) Consolidação das Demonstrações contábeis abrangendo:

Esta demonstração contábil abrange informações dados executados da Administração Pública Direta da Câmara de Vereadores de Jatobá que compõe o Poder Legislativo.

h) Dados do Gestor:



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.ecepe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

Nilson Oliveira Costa, Presidente da Câmara de Vereadores de Jatobá no período de 01/01/2023 a 31/12/2023.

i) Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive as notas explicativas:

Eziuda Maria de Sousa CRC/PE nº 12.705/O-8. E-mail: acontecltda@gmail.com

j) Nome do software da contabilidade:

Contabilis - Desenvolvido por 3Tecnos Tecnologia

RESUMO DA POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

As Demonstrações contábeis apresentam apropriadamente a situação patrimonial, financeira como também seu desempenho econômico ao ser analisado a entidade a qual tais demonstrações são aplicadas, a representatividade desses documentos contábeis tem o compromisso de apresentar a fidedigna resultante dos efeitos das transações, condições e eventuais eventos ocorridos nos critérios e definições reconhecidos para ativos, passivos, receitas e despesas estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP 9ª Edição, nesse contexto é apresentado os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito municipal, que afetaram a elaboração das demonstrações contábeis, tendo em consideração as opções e premissas da legislação da contabilidade aplicada ao Setor público.

A elaboração do Balanço Patrimonial – BP é realizada obedecendo a Lei nº 4.320/64 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, no balanço patrimonial é utilizado o regime de caixa para o registro de receitas e o regime de competência para o uso das despesas da entidade, o município tem como moeda funcional o real (R\$) e não apresenta registro em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para moeda funcional vigente.

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil responsável por apresentar a situação patrimonial da entidade pública de maneira quantitativa e qualificada por meio de contas representativas do patrimônio público, como também suas contas de compensação. Sendo o mesmo estruturado por ativos, passivos e patrimônio líquido, os resultados obtidos no balanço em questão são resultantes da execução orçamentário do exercício atual e anterior, permitindo realizar análises da situação patrimonial da entidade. No Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretária do Tesouro Nacional – STN, Portaria nº 548 de 24 de setembro de 2015, ficou estabelecida a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura), a partir de 01/01/2021 no caso dos municípios com população inferior a 50 mil habitantes.

A Lei nº 4.320/64 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao Separar o ativo e o passivo em dois grupos, financeiro e permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que compõem. Afim de



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stee.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

atender aos novos padrões da contabilidade Aplicada ao Setor Público, as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/64 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012. Com o objetivo de atender as necessidades dos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei 4.320/64 e as alterações da Portaria STN nº 438/2012, o balanço patrimonial será composto por:

- a) Quadro Principal;
- b) Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c) Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- d) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

Quadro Principal:

O Balanço Patrimonial será elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Os ativos e passivos serão apresentados em níveis sintéticos (3º nível – Subgrupo ou 4º nível -Título).

A NBC TSP 11 prevê a adoção das seguintes formas de apresentação dos ativos e passivos:

- a) Segregação em ativos circulantes e não circulantes e não circulantes e passivos circulantes e não circulante, sendo este o modelo que deve ser adotado preferencialmente;
- b) Apresentação baseada na liquidez, aplicável apenas quando proporcionar informação que seja mais relevante. Tal situação pode ocorrer, por exemplo, em instituições financeiras, pelo fato de que tais instituições não fornecem bens ou serviços dentro de ciclo operacional claramente identificável.

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Este quadro apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/64. Será elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo), a classe 2 (passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP, bem como as contas que representem passivos financeiros, mas que não apresentam passivos patrimoniais associados, como as contas da classe 6 (Crédito Empenhado a Liquidar e Restos a Pagar Não Processados a Liquidar). Os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial serão apresentados pelos seus valores totais. É facultativo o detalhamento dos saldos em notas explicativas.

Quadro das Contas de Compensação (controle)

Este quadro apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente. Os valores dos atos potenciais já executados não devem ser considerados.

Será elaborado utilizando-se a classe 8 (Controle Credores) do PCASP. O PCASP não padroniza o desdobramento dos atos potenciais ativos e passivos em nível que permita segregar os atos executados daqueles a executar. Tal desdobramento deverá ser feito por cada ente, a nível de item e subitem (6º nível e 7º nível).

Quadro do Superávit/ Déficit Financeiro



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stece.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

Este quadro apresenta o superávit/ déficit financeiro, apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/64. Será elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR), segregando por fonte/ destinação de recursos. Como a classificação por ele adotada. Poderão ser apresentadas algumas fontes com déficit e outras com superávit financeiro, de modo que o total seja igual ao superávit/ déficit financeiro apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro conforma o quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes.

Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes:

Mensurar infringe dizer que é o ato de selecionar bases adequadas que representem o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira de uma entidade atendendo as necessidades da prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e a tomada de decisão.

Contudo vale ressaltar que não existe uma única maneira de ou uma base norteadora aplicados aos procedimentos contábeis, a escolha de qual base de mensuração a aplicar será adotada de acordo com o grau de observância das características qualitativas enquanto considerada as restrições sobre a informação dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral, as bases de mensuração subdividem em ativos e passivos, sendo eles:

- Bases de mensuração para os ativos:
 - Custo histórico;
 - Valor de mercado;
 - Custo de reposição ou substituição;
 - Preço líquido de venda;
 - Valor de uso.
- Bases de mensuração para os passivos:
 - Custo histórico;
 - Custo de cumprimento da obrigação;
 - Valor de mercado;
 - Custo de liberação;
 - Preço presumido.

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar as informações confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

PORTARIA STN Nº 548/2015

**DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
(PODER LEGISLATIVO)**



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.e-ctpe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção dos Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para adoção de processo orçamentário de acordo com NBCASP;	Processo e Sistema Orçamentário de acordo com o MCASP.	Financeiro/Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para adoção de processo orçamentário de acordo com NBCASP.	Sistema de Informações Contábeis que apresente Sistema Orçamentário baseado no MCASP.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos por competência, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	Metodologia de reconhecimento dos créditos e sistematização de ajustes para perdas.	Tesouraria/Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída
Contratação de sistema para registro de créditos por competências;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de direitos por competência.	Presidente/Tesouraria	31/12/2014	Concluída
Estabelecimento de metodologia para ajuste para perdas para os créditos registrados por competência;	Metodologia por tipo de ajuste para perdas	Tesouraria/Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída
Adequação do sistema à metodologia local de ajuste para perdas.	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de ajustes para perdas	Assessoria	31/12/2014	Concluída
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.ecepe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, inclusive as provisões;	Metodologia de reconhecimento de obrigações por competência	Tesouraria/Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro de obrigações por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de obrigações por competência.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
Evidenciação contábil de todas as obrigações e provisões por competência.	Obrigações e provisões evidenciados contabilmente.	Tesouraria/Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída
Ação	3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Assessoria	31/12/2020	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Assessoria	31/12/2020	Concluída
Evidenciação contábil e em notas explicativas dos ativos e passivos contingentes;	Ativos e passivos contingentes devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2020	Concluída
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Aquisição/Aquisição de sistema de controle Patrimonial;	Implantação de Sistema de Informações Contábeis adequado ao registro do patrimônio	Presidente/Controle Patrimonial	31/12/2019	Concluída



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stece.tcepe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

Levantamento em nível local do patrimônio da entidade e registro no sistema;	Relatório do Sistema de Informações Contábeis com detalhamento do patrimônio do ente, com base em perícia ou referência de mercado	Controle patrimonial	31/12/2019	Concluída
Desenvolvimento e operacionalização de rotina para registro de depreciação, amortização e exaustão dos ativos;	Metodologia para registro da depreciação, amortização e exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Controle Patrimonial/Assessoria Contábil	31/12/2019	Concluída
Adequação do Sistema de Informações Contábeis aos procedimentos de ajustes patrimoniais acima apresentados;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de depreciação, reavaliação, impairment, etc. Dos elementos patrimoniais	Assessoria	31/12/2019	Concluída
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.)			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Financeiro/Assessoria Contábil	31/12/2019	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Financeiro/Assessoria	31/12/2019	Concluída
Evidenciação contábil das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2019	Concluída
Ação	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stece.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência;	Financeiro/Assessoria	31/12/2015	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro das obrigações com fornecedores por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das obrigações com fornecedores por competência;	Assessoria	31/12/2015	Concluída
Evidenciação contábil das obrigações com fornecedores por competência;	Obrigações com fornecedores por competência devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2015	Concluída
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência;	Financeiro/Assessoria	31/12/2021	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro das demais obrigações por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das demais obrigações por competência;	Assessoria	31/12/2021	Concluída
Evidenciação contábil das demais obrigações por competência;	Demais obrigações por competência devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2021	Concluída
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas,	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas,	Controle Patrimonial Financeiro/Assessoria	31/12/2021	Concluída



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.ecepe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

patentes, licenças e congêneres;	patentes, licenças e congêneres;			
Adequação/Aquisição de sistema para registro de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Assessoria	31/12/2021	Concluída
Evidenciação contábil de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2021	Concluída
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Extensão do PCASP para nível detalhado necessário ao ente.	PCASP estendido até o nível necessário para registro contábil dos fenômenos.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
Aquisição\Desenvolvimento de sistema para que o PCASP estendido e os eventos sejam agregados.	Sistema informatizado adequado ao PCASP estendido e aos eventos.	Presidente/Assessoria	31/12/2014	Concluída
Criar rotinas de integridade e de abertura e encerramento de exercício.	Metodologia de registro da abertura e encerramento do exercício, além de verificação de integridade dos dados.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
Adequação do sistema informatizado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Sistema informatizado adequado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de regra\fórmulas para levantamento das DCASP a partir da contabilidade.	Metodologia de levantamento das DCASP por meio do PCASP estendido e das demais informações contábeis.	Assessoria	31/12/2014	Concluída



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.e-ctpe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

Ajustes das demonstrações contábeis para o novo padrão, com a inclusão das fórmulas.	Template de DCASP adequada à nova metodologia.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
Ajuste em sistemas para inclusão do novo modelo de DCASP.	Sistema informatizado adequado à metodologia de levantamento das DCASP a partir do PCASP estendido e das demais informações contábeis.	Assessoria	31/12/2014	Concluída

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

- **Classificação de ativos:** Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares;
- **Constituição de provisões:** Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais;
- **Reconhecimentos de variações patrimoniais:** Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independente da execução orçamentária;
- **Transferências de Risco e Benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para a entidade:** Não houve transferência de propriedades de ativos para outras entidades.

INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM REPRESENTADAS

a) Termos e Demonstrações correlatos ao Balanço Patrimonial:

a. Quadro Principal

Ativo Circulante: O ativo deve ser classificado como circulante quando atender aos seguintes critérios: a) Têm-se a pretensão de vender ou consumir esse ativo no decorrer normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalente de Caixa: Compreende os valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stee.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo: Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo: Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques: Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Ativo Não Circulante Mantido para Venda: Compreende os ativos não circulantes cuja recuperação esperada do seu valor contábil venha a ocorrer por meio de uma transação de venda em vez do uso contínuo, segundo um plano de venda com prazo inferior a 12 meses.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente: Compreende pagamentos de varrições patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante: Ativo não circulante são ativos considerados a longo prazo, investimentos, imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo: Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos: Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado: Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangíveis: Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante: O passivo deve ser circulante quando atender aos seguintes critérios a) quando se espera que o passivo seja pago durante o ciclo operacional normal da entidade; b) o passivo está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; c) o passivo deve ser pago no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo: Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.ecepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo: Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedor e Contas a Pagar a Curto Prazo: Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidade e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os decorrentes dessas obrigações, com vencimento de curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo: Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes: Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo: Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com a probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo: Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante: Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo: Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo: Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedor e Contas a Pagar a Longo Prazo: Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidade e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os decorrentes dessas obrigações, com vencimento de longo prazo.



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.ecepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

Obrigações Fiscais a Longo Prazo: Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo: Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com a probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo: Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores, com vencimento no longo prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Deferido: Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido: Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social: Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital: Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reserva de Capital: Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajuste de Avaliação Patrimonial: Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela Lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reserva de Lucros: Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas: Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos reavaliados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados: Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações/ Cotas em Tesouraria: Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Ativo Financeiro: Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numéricos.



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.eitepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

Ativo Permanente: Compreende bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro: Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente: Compreende das dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

c. Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais: Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos: Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos: Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

d. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Superávit Financeiro: Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o art. 43 da Lei nº 4.320/64, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro: Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos: Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS EXPLICATIVAS DE FORMA SISTEMÁTICA

Segue de forma sistemática as referências cruzadas com o título, baseado em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

a) Balanço Patrimonial:

a. Ativo

Ativo Circulante:



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.ecepe.ce.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02b5a5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2023

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO	
		2023	2022
ATIVO CIRCULANTE	1	35,31	4.146,46
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	F	35,31	4.146,46
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	F	35,31	4.146,46
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA ESTRANGEIRA			
CRÉDITOS A CURTO PRAZO			
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER			
CLIENTES			
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER			
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA			
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA			
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO			
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO			
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS			
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR			
CRÉDITOS A RECEBER POR DESCENTRALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS			
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO			
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS			
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO			
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO			
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO			
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS			
APLICAÇÃO TEMPORÁRIA EM METAIS PRECIOSOS			
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE IMÓVEIS			
(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS			
ESTOQUES	P		
MERCADORIAS PARA REVENDA			
PRODUTOS E SERVIÇOS ACABADOS			
PRODUTOS E SERVIÇOS EM ELABORAÇÃO			
MATÉRIAS-PRIMAS			
MATERIAIS EM TRÂNSITO			
ALMOXARIFADO	P		
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES			
OUTROS ESTOQUES			
(-) AJUSTE DE PERDAS DE ESTOQUES			
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA			
INVESTIMENTO MANTIDO PARA VENDA			



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stece.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2e02ba5a-ccee-41ba-a503-1ce681066662

IMOBILIZADO MANTIDO PARA VENDA
INTANGÍVEL MANTIDO PARA VENDA
(-) REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA
ATIVO BIOLÓGICO
ATIVO BIOLÓGICO
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE
PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR
VPD FINANCEIRAS A APROPRIAR
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR
ALUGUEIS PAGOS A APROPRIAR
TRIBUTOS PAGOS A APROPRIAR
CONTRIBUIÇÕES CONFEDERATIVAS A APROPRIAR
BENEFÍCIOS A PESSOAL A APROPRIAR
DEMAIS VPD A APROPRIAR

Notas Explicativas – NE:

NE1 – Ativo Circulante – Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 35,31, compostos de Caixa e Equivalentes de Caixa, Créditos a curto prazo, demais créditos e estoques.

NE - Caixa e Equivalente de Caixa: O Saldo das Disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2023 corresponde ao valor de R\$ 35,31. Comparando com o exercício anterior houve uma redução de R\$ 4.111,15 disponível na conta em relação ao exercício de 2022 corresponde ao valor de R\$ 4.146,46.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA DETALHADA		
(Art. 8º e Art. 50 da LC 101/2000 LRF)		
Entidades	Recursos Próprios	Recursos Vínculos
Câmara Municipal de Vereadores	R\$ 35,31	R\$ -
Total	R\$ 35,31	R\$ -

NE - Estoque/Almoxarifado: Estoque/Almoxarifado somou R\$ 0,00.

NE - Créditos a Curto Prazo: O saldo dos Créditos a Curto Prazo em 31/12/2023 foi de R\$ 0,00, aumentando/reduzindo R\$ 0,00 em relação a 2022 que era R\$ 0,00.

NE - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo: Segregação dos ativos com os atributos (F) e (P):

NÍVEIS	VALOR (R\$)	ATRIBUTO
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE AUXÍLIO NATALIDADE PAGO	0,00	(F)/(P)
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMILIA PAGO	0,00	(F)/(P)
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	0,00	(F)/(P)



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stece.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ce681066662

Ativo Não Circulante:

Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2023

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		
	Nota	SALDO	
		2023	2022
ATIVO NÃO CIRCULANTE	P 2	224.075,28	189.089,52
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
CRÉDITOS A LONGO PRAZO			
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO			
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO			
ESTOQUES			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			
INVESTIMENTOS			
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES			
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO			
INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO			
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES			
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE INVESTIMENTOS			
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS			
IMOBILIZADO	P	224.075,28	189.089,52
BENS MÓVEIS	P	234.929,07	198.415,47
BENS IMÓVEIS	P	82.346,60	82.346,60
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	P	-93.200,39	-91.672,55
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO			
INTANGÍVEL			
SOFTWARES			
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS			
DIREITO DE USO DE IMÓVEIS			
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA			
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEL			
DIFERIDO			
GASTOS DE IMPLANTAÇÃO E PRÉ-OPERACIONAIS			
GASTOS DE REORGANIZAÇÃO			
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA			
TOTAL		224.110,59	193.235,98

Notas Explicativas – NE:

NE2 – Ativo Não Circulante: Os ativos de longo prazo compostos do ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizados e intangível totalizam R\$ 224.075,28.

NE - Imobilizado: O valor do imobilizado ao fim do exercício de 2022 corresponde ao valor de R\$ 189.089,52. No exercício de 2023 houve a incorporação de ativos imobilizados R\$ 36.513,60*.

***Valor apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais NE17.**

Encerrando o exercício com o valor de R\$ 224.075,28, sendo R\$ 234.929,07 de bens móveis e R\$ 82.346,60 de bens imóveis. O valor da depreciação acumulada dos bens móveis até o período foi de (R\$ - 93.200,39) que retifica o ativo imobilizado.

NE - Depreciação, Amortização e Exaustão Acumuladas: A depreciação totalizou (R\$ - 93.200,39). Não foi realizado de imparidade durante o exercício de 2023 em ativos com redução no poder de geração de caixa, bem como não houve reavaliação de ativos.



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stece.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.shtm> Código do documento: 20231231-11ba-a503-1ceb81066662

NE - Depreciação Acumulada – Bens Móveis: O saldo da conta corresponde ao valor de (R\$ - 93.200,39). No decurso do exercício de 2023 foram efetuadas as incorporações analíticas ao patrimônio nas contas bens móveis e bens imóveis permanece o registrado do exercício anterior.

NE - Intangível: Não apresentou registro de Ativos Intangíveis no exercício de 2023.

DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO EM NOTAS EXPLICATIVAS			
(MCASP 9ª Edição p.514)			
Descrição	Valor(R\$)		
	2023	2022	
Bens Móveis	R\$ 234.929,07	R\$ 198.415,47	
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens móveis)	-R\$ 93.200,39	-R\$ 91.672,55	
Bens Imóveis	R\$ 82.346,60	R\$ 82.346,60	
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens imóveis)	R\$ -	R\$ -	
Total	R\$ 224.075,28	R\$ 189.089,52	

b. Passivo

Passivo Circulante:

Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2023

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO	
		2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE	3		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO			
PESSOAL A PAGAR			
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR			
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR			
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR			
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO			
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO			
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - EXTERNO			
FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO			
FINANCIAMENTO A CURTO PRAZO - EXTERNO			
JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO			
JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - EXTERNO			
(-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - INTERNO			
(-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - EXTERNO			
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO			
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO			
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR ESTRANGEIROS A CURTO PRAZO			
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO			
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO			
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS			
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS			
TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO			
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS A PAGAR			
TRANSFERÊNCIAS LEGAIS A PAGAR			
TRANSFERÊNCIAS DISCRICIONÁRIAS A PAGAR			
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA A PAGAR			
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A PAGAR			
PROVISÕES A CURTO PRAZO			
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO			



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.ecepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS A CURTO PRAZO
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO
PROVISÃO PARA REPARTIÇÃO DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO
PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP
A CURTO PRAZO

PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO
GOVERNAMENTAL A CURTO PRAZO
OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES
OBRIGAÇÕES POR DANOS A TERCEIROS
ARRENDAMENTO OPERACIONAL A PAGAR
DEBÊNTURES E OUTROS TÍTULOS DE DÍVIDA A CURTO PRAZO
DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR
OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP
DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS A OPERAR PELO
BACEN
VALORES RESTITUÍVEIS
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

F

Nota Explicativa – NE:

NE3 – Passivo Circulante: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2022 foram de R\$ 0,00. Apresentando os seguintes índices de liquidez na entidade:

	Índices	Conclusões
Índice de Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	0,00	Para cada R\$ 1,00 de dívida de curto Prazo a entidade possui R\$ 0,00 de ativos de curto prazo para cobrir.
Índice de Liquidez Seca ((Ativo Circulante – Estoque) /Passivo Circulante)	0,00	Para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante se tem R\$ 0,00 de Ativos Líquidos (exceto os estoques), concluindo que existe folga ou dificuldades para liquidar suas obrigações.
Índice de Liquidez imediata ((Disponibilidades/Passivo Circulante) *100)	0%	Indica que a entidade tem 0% da quantia necessária para honrar suas obrigações de curto prazo

NE – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo:

Encargos sociais a pagar: O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar foi de R\$ 0,00. Acréscimo/Redução de R\$ 0,00, quando comparado com o exercício de 2022 que foi de R\$ R\$ 0,00 e Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo R\$ 0,00

NE – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo: Ao final do exercício de 2023 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 0,00 relativo a fornecedores e contas a pagar. Redução/Aumento de R\$ 0,00, quando comparado com o exercício anterior que foi de R\$ 0,00.

DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES COM FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO EM NOTAS EXPLICATIVAS		
(MCASP 9ª Edição p.514)		
Descrição	Valor(R\$)	
	2023	2022
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ -	R\$ -
Total	R\$ -	R\$ -



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stece.tecepe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02baf5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

NE – Demais Obrigações a Curto Prazo: As demais obrigações a curto prazo são compostas pelos valores restituíveis R\$ 0,00 e outras obrigações a curto prazo R\$ 0,00, totalizando R\$ 0,00. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Passivo Não Circulante:

Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2023

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO	
		2023	2022
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	4		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO			
PESSOAL A PAGAR			
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR			
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR			
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR			
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO			
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO			
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - EXTERNO			
FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO			
FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO - EXTERNO			
JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO			
JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - EXTERNO			
(-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - INTERNO			
(-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - EXTERNO			
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO			
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZO			
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR ESTRANGEIROS A LONGO PRAZO			
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO			
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO			
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM OS ESTADOS			
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS			
TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO			
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS A PAGAR			
TRANSFERÊNCIAS LEGAIS A PAGAR			
TRANSFERÊNCIAS DISCRICIONÁRIAS A PAGAR			
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA A PAGAR			
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A PAGAR			
PROVISÕES A LONGO PRAZO			
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO			
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO			
PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO			
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A LONGO PRAZO			
PROVISÃO PARA REPARTIÇÃO DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO			
PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A LONGO PRAZO			
PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A LONGO PRAZO			
OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO			
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO			
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES A LONGO PRAZO			
OBRIGAÇÕES POR DANOS A TERCEIROS A LONGO PRAZO			
DEBÊNTURES E OUTROS TÍTULOS DE DÍVIDA A LONGO PRAZO			
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL			
OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP- LONGO PRAZO			
VALORES RESTITUÍVEIS			
OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO			
RESULTADO DIFERIDO			
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (VPA) DIFERIDA			
(-) CUSTO DIFERIDO			



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.ecepe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2e02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

Nota Explicativa – NE:

NE – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo: Não existe registro de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo.

NE – Provisões a Curto e a Longo Prazo: Não existe registro de Provisões a Curto e a Longo Prazo.

Patrimônio Líquido:

Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2023

ESPECIFICAÇÃO	PASSIVO	Nota	SALDO	
			2023	2022
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5	224.110,59	193.235,98
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL				
PATRIMÔNIO SOCIAL				
CAPITAL SOCIAL REALIZADO				
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL				
RESERVAS DE CAPITAL				
ÂGIO NA EMISSÃO DE AÇÕES				
ALIENAÇÃO DE PARTES BENEFICIÁRIAS				
ALIENAÇÃO DE BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO				
CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL REALIZADO				
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL				
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DE ATIVOS				
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DE PASSIVOS				
RESERVAS DE LUCROS				
RESERVA LEGAL				
RESERVAS ESTATUTÁRIAS				
RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS				
RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS				
RESERVAS DE LUCROS PARA EXPANSÃO				
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR				
RESERVA DE RETENÇÃO DE PRÊMIO NA EMISSÃO DE DEBÊNTURES				
RESERVA ESPECIAL PARA DIVIDENDO OBRIGATÓRIO NÃO DISTRIBUÍDO				
OUTRAS RESERVAS DE LUCRO				
DEMAIS RESERVAS				
RESERVA DE REAVALIAÇÃO				
OUTRAS RESERVAS				
RESULTADOS ACUMULADOS			224.110,59	193.235,98
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS			224.110,59	193.235,98
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO			224.110,59	-4.384.830,99
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO			30.874,61	-1.754.881,68
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			193.235,98	-2.629.949,31
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS			0,00	5.247.338,33
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO			0,00	2.029.059,95
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	3.218.278,38
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO			0,00	-669.271,36
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO			0,00	-244.613,84
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	-424.657,52
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS				
(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA				
(-) AÇÕES EM TESOURARIA				
(-) COTAS EM TESOURARIA				



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.ecepe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

TOTAL	224.110,59	193.235,98
-------	------------	------------

Nota Explicativa – NE:

NE5 – Patrimônio Líquido: O patrimônio Líquido da entidade fez em 2023 o valor de R\$ 224.110,59. Os Resultados acumulados de exercícios anteriores foram de R\$ 193.235,98. Apresentando assim um aumento do Patrimônio Líquido correspondente a R\$ 30.874,61.

NE – Patrimônio Social e Capital Social: Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta, representando R\$ 0,00.

NE – Resultados Acumulados: Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos, totalizando R\$ 224.110,59.

DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM NOTAS EXPLICATIVAS	
(MCASP 8ª Edição p.432)	
Descrição	Valor(R\$)
Patrimônio Social e Capital Social	R\$ 0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 0,00
Superávits ou Déficits Acumulados	R\$ 224.110,59
Superávits ou Déficits do Exercício	R\$ 30.874,61
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	R\$ 193.235,98
Outros Resultados	R\$ -
RESULTADOS ACUMULADOS	R\$ 224.110,59

c. Demais elementos patrimoniais

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI N.º 4.320/64			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO	
		2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	6	35,31	4.146,46
ATIVO PERMANENTE	7	224.075,28	189.089,52
TOTAL		224.110,59	193.235,98

Nota Explicativa – NE:

NE6 – Ativo Financeiro: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 35,31.



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stece.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

NE7 – Ativo Permanente: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributos P (Permanente) somam R\$ 224.075,28.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI N.º 4.320/64			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	SALDO	
		2023	2022
PASSIVO FINANCEIRO	8	0,00	4.000,00
PASSIVO PERMANENTE	9	0,00	0,00
TOTAL		0,00	4.000,00

Nota Explicativa – NE:

NE8 – Passivo Financeiro: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações não dependentes de autorização orçamentária para a sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 0,00, somados os restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 0,00, perfazem o total de R\$ 0,00.

NE9 – Passivos Permanentes: Os Passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente. Os Passivos com atribuição P (Permanente) somam R\$ 0,00.

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro (Lei Nº 4.320/1964):

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO	
	2023	2022
5000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	35,31	146,46
TOTAL DOS RECURSOS:	35,31	146,46

Nota Explicativa – NE:

NE – Superávit/Déficit Financeiro: Evidenciam o Superávit/Déficit financeiro que poderá ser utilizado como recurso para abertura de créditos adicionais segregados por fonte de recursos. Corresponde à diferença entre o ativo financeiro R\$ 35,31 e o passivo financeiro R\$ 0,00. O controle das disponibilidades por fonte de recursos é feito nas classes 7 e 8 do plano de contas. O total do Superávit Financeiro do exercício foi R\$ 35,31.

Saldo Patrimonial:

SALDO PATRIMONIAL	224.110,59	189.235,98
-------------------	------------	------------

Nota Explicativa – NE:



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stce.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

NE – O saldo patrimonial ao final do exercício de 2022 totalizou R\$ 189.235,98 e no exercício de 2023 R\$ 224.110,59.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI N.º 4.320/64							
ESPECIFICAÇÃO	Nota	ATOS POTENCIAIS ATIVOS		ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
		SALDO		ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
		2023	2022			2023	2022
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		113.000,00	55.122,50
DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00	DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		113.000,00	55.122,50

Nota Explicativa – NE:

NE – Contas de compensação (controle): Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente. Registram os saldos dos atos potenciais passivos das obrigações contratuais assumidas ao final do exercício de 2022 totalizou R\$ 55.122,50 e no exercício de 2023 foi de R\$ 113.000,00.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

- Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:** Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.
- Divulgações não financeiras, tais como objetivos e políticas de gestão de risco financeiro da entidade e pressuposto das estimativas:** Não se aplica a este demonstrativo.
- Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:** Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
- Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:** Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo.

AJUSTES DECORRENTES DE OMISSÕES E ERROS EM ANOS ANTERIORES OU MUDANÇAS DE CRITÉRIOS CONTÁBEIS:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros em anos anteriores ou mudanças de critérios contábeis.

ATIVOS IMOBILIZADOS A TÍTULO GRATUITO:

Não houve Ativos Imobilizados a título gratuito, logo não ocorrendo critérios de avaliação e impossibilidade de mensuração. Como também não ocorreu transferências desses ativos.

ATIVOS INTANGÍVEIS A TÍTULO GRATUITO:

Não houve Ativos Intangíveis a título gratuito, logo não ocorrendo critérios de avaliação e impossibilidade de mensuração.



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.ecepe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2a02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

JUSTIFICATIVA PARA A EXISTÊNCIAS DE COMPONENTES PATRIMONIAIS AVALIADOS POR CRITÉRIOS DISTINTOS:

Não houve componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos.

RELAÇÃO DE PROVISÕES DE PASSIVOS CONTINGENTES QUE SURTIRAM DE UM MESMO CONJUNTO DE CIRCUNSTÂNCIAS:

PROVISÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES	SALDO	CIRCUNSTÂNCIAS
Sentenças Judiciais	0,00	Não houve
Provisões Matemáticas Previdenciárias	0,00	Não houve

Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE BASE DE CÁLCULO UTILIZADAS NAS PERDAS DA DÍVIDA ATIVA:

Não se aplica a entidade.

PROVISÃO TIPO/CLASSE:

DESCRIÇÃO	VALOR
Valor contábil do início do período (saldo das provisões – exercício de 2022)	0,00
Valor contábil do final do período (=) (saldo das provisões – exercício de 2023)	0,00
Provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes (+) VPD 3.9.7	0,00
Valores utilizados (incorridos e baixados contra a provisão) durante o período (-) VPA 4.9.7	0,00
Valores não utilizados revertidos durante o período	0,00
O aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto	0,00
Breve descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para qualquer saída resultante de benefícios econômicos ou potencial de serviços	*Breve descrição: Não há provisões para descrever
Indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas	0,00
Valores de alguns reembolsos previstos, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso	0,00

PASSIVOS CONTINGENTES:

Não houve passivos contingentes no balanço patrimonial.

ESTOQUES: Os estoques foram contabilizados por seu valor de aquisição e distribuídos em Almoxxarifados, os valores passaram a serem classificados exclusivamente na conta contábil - 1.1.5.6.0.00.00.00.00.00 – Matérias de Consumo em virtude de no momento de sua baixa não ser possível a localização do empenho que originou a aquisição, gerando inconsistências nos



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE

CASA LEGISLATIVA IRANI FELIX DA SILVA

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.ecepe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2e02ba5a-ccee-41ba-a503-1ceb81066662

saldos. O Ente está incluindo gradativamente a contabilização dos estoques existentes na entidade de forma a atender o Plano de PIPCP.

Os estoques são controlados pelos almoxarifados e integrados ao sistema de contabilidade municipal, conforme descrição a seguir:

DESCRIÇÃO	DÉBITO	CRÉDITO	31/12/2023
Material de Consumo	R\$ 30.840,86	R\$ 30.840,86	R\$ 0,00
Gêneros Alimentícios	R\$ 5.269,65	R\$ 5.269,65	R\$ 0,00
Material de Construção	R\$ 2.233,65	R\$ 2.233,65	R\$ 0,00
Autopeças	R\$ 3.307,50	R\$ 3.307,50	R\$ 0,00
Material de Expediente	R\$ 8.338,80	R\$ 8.338,80	R\$ 0,00
Materiais a Classificar	R\$ 8.701,75	R\$ 8.701,75	R\$ 0,00
Total	R\$ 58.692,21	R\$ 58.692,21	R\$ 0,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA PROVISÃO MATEMÁTICA PREVIDENCIÁRIA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS: Não se aplica a entidade.